

## Ensino Fundamental História

### SUMÁRIO

|                                                              |           |
|--------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                   | <b>2</b>  |
| <b>2. A PRÉ-HISTÓRIA .....</b>                               | <b>4</b>  |
| <b>3. HISTÓRIA ANTIGA: ORIENTE PRÓXIMO E ÁFRICA.....</b>     | <b>8</b>  |
| 3.1. OS POVOS DA MESOPOTÂMIA .....                           | 9         |
| 3.2. O ANTIGO EGITO.....                                     | 10        |
| 3.3. OUTROS POVOS DO ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO .....            | 12        |
| <b>4. HISTÓRIA ANTIGA: AS CIVILIZAÇÕES OCIDENTAIS .....</b>  | <b>13</b> |
| 4.1. GRÉCIA ANTIGA .....                                     | 13        |
| 4.2. ROMA ANTIGA .....                                       | 18        |
| <b>5. A IDADE MÉDIA .....</b>                                | <b>22</b> |
| <b>6. HISTÓRIA MODERNA .....</b>                             | <b>29</b> |
| 6.1. O RENASCIMENTO CULTURAL .....                           | 29        |
| 6.2. OS ESTADOS NACIONAIS E O ABSOLUTISMO .....              | 30        |
| 6.3. A REFORMA PROTESTANTE E A CONTRARREFORMA CATÓLICA ..... | 32        |
| 6.4. A EXPANSÃO MARÍTIMA E COMERCIAL.....                    | 34        |
| 6.5. O MERCANTILISMO.....                                    | 36        |
| <b>7. A COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA.....</b>                      | <b>37</b> |
| 7.1. A AMÉRICA PRÉ-COLOMBIANA .....                          | 37        |
| 7.2. A COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA E O SISTEMA COLONIAL.....      | 39        |
| <b>8. O BRASIL COLÔNIA .....</b>                             | <b>41</b> |
| 8.1. O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO.....                            | 41        |
| 8.2. A ECONOMIA COLONIAL .....                               | 44        |
| 8.3. A ESCRAVIDÃO COLONIAL.....                              | 47        |
| 8.4. A CRISE DO SISTEMA COLONIAL .....                       | 48        |
| <b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....</b>                        | <b>50</b> |

Material organizado pelo grupo de professores do NEEJA Vicente Scherer.



## 1. INTRODUÇÃO

“História é um vocábulo de origem grega que significa ‘conhecimento por meio de uma indagação’. Ela deriva de *histor* ‘sábio’ ou ‘conhecedor’. São muitas as definições que se fizeram dessa ciência. Para o filósofo e escritor alemão Johann Gorttfried von Herder, a história é o estudo do passado; o historiador francês Marc Bloch definiu história como a ciência dos homens no transcurso do tempo; o francês Lucien Febvre, também historiador, destacou que a história é o processo de mudança contínua da sociedade humana” (Mota e Braick).

“A palavra História possibilita diferentes compreensões, já que existem, pelo menos, três usos correntes para o conceito. Um primeiro que se refere ao efetivamente ocorrido, ao conjunto de ações humanas existentes ao longo do tempo. O segundo que designa as diferentes narrativas sobre as ações dos homens no tempo entre as quais se encontram as crônicas, as fábulas, os contos, as memórias. Finalmente, a História como o conhecimento histórico das ações humanas ao longo do tempo, narrada em conformidade com procedimentos que a disciplina demanda” (Zanirato).

Como podemos ver através das citações acima, definir o que é a história não é tão simples quanto pode parecer. Ao longo do tempo esta palavra foi recebendo diferentes definições. Conforme o método de estudo da história se desenvolveu, ela passou a ter um caráter de ciência. Estas definições se tomaram mais complexas e geraram novas discussões. Não pretendemos aqui entrar em um debate sobre a definição mais adequada da ciência histórica, nem defender um ponto de vista específico. Nosso objetivo é mostrar que não há uma unanimidade sobre este assunto. O que podemos afirmar é que a história é uma ciência em construção, cujos conceitos e métodos estão constantemente sendo desenvolvidos pelos historiadores.

### O tempo histórico

Ao estudar a História, qualquer um perceberá que os acontecimentos são *datados*, ou seja, são situados no tempo em uma data específica. O tempo é a dimensão em que estudamos a história. Mas estas datas não têm valor universal. A forma de marcar a passagem do tempo e estabelecer datas depende da forma como cada civilização desenvolveu seu calendário, e que fatos são considerados mais importantes.

Alguns povos desenvolveram calendários com base nos períodos dos ciclos da Lua (calendário lunar, com 354 dias de duração), e outros desenvolveram calendários baseados nos ciclos do sol (calendário solar, com 365 dias). Desta forma, diferentes civilizações antigas tiveram calendários com tempos de duração diferentes. Além disso, aspectos da cultura e da história de cada povo também foram determinantes no estabelecimento dos calendários.

Na civilização ocidental, por exemplo, desde a Idade Média (uma época em que a Igreja Católica era a instituição mais poderosa da Europa e exercia muita influência sobre o pensamento) o tempo começou a ser contado em “*antes de Cristo*” (a.C.) e “*depois de Cristo*” (d.C.), pois se considerava que o nascimento de Jesus Cristo seria o acontecimento mais importante da história da humanidade. Utilizando-se as escrituras bíblicas foi feito um cálculo do ano em que Cristo teria nascido, e este ano passou a ser considerado o ano 1 da “era cristã”. Todo o tempo anterior a este acontecimento passou a ser contado de forma decrescente (“de trás para frente”). Para simplificar, normalmente não utilizamos a sigla d.C. quando tratamos de datas “depois de Cristo”. Portanto, se não houver sigla nenhuma, fica estabelecido que se trata de uma data da “era cristã”. O calendário ocidental que utilizamos atualmente se chama **calendário gregoriano**, por ter sido promulgado pelo Papa Gregório XIII em 1582. Este calendário substituiu o calendário juliano, que havia sido estabelecido por Júlio César no ano 46 a.C.

Porém devemos lembrar que nem toda a humanidade é cristã. Para os povos que não são cristãos a suposta data de nascimento de Cristo não é um marco relevante.



Os judeus, muçulmanos, e budistas, só para dar alguns exemplos, possuem calendários diferentes.

Os judeus, por exemplo, no dia 30 de setembro de 2019, estavam comemorando o início do ano 5768 do calendário judaico. Na tradição judaica a contagem de tempo tem início com o suposto nascimento de Adão, que pelas escrituras judaicas teria sido no ano 3761 a.C. do calendário cristão. O calendário judaico se baseia no ano lunar, mas também utiliza o ciclo solar em certos períodos para fazer um ajuste.

No calendário islâmico, utiliza-se o calendário lunar, e o seu ano 1 corresponde ao ano 622 do calendário cristão, pois este foi o ano em que Maomé fugiu de Meca para Medina, evento chamado de Hégira. Em 1º de setembro de 2019 teve início o ano AH 1441 do calendário islâmico. A sigla AH significa “ano da Hégira”.

O calendário chinês, assim como o judaico, se baseia no ciclo lunar e periodicamente utiliza o ciclo solar para fazer um ajuste, e tradicionalmente o ano é identificado pela associação a um dos 12 animais do horóscopo chinês. No dia 5 de fevereiro de 2019 teve início o ano 4717 do calendário tradicional chinês, ano do porco.

No mundo atual, obviamente, todos os países adotaram o calendário gregoriano como calendário oficial para definir o ano civil, com o objetivo de facilitar as relações entre diferentes nações, mas as festas e feriados religiosos costumam se basear nos calendários tradicionais de cada cultura.

Para facilitar o uso da datação (estabelecimento de uma data para um acontecimento), utilizamos também termos como século, década, quinquênio, etc.. Cada período de 100 anos é considerado um *século*. Habitualmente os séculos são identificados por algarismos romanos. Considerando-se o calendário cristão, o século I se iniciou no ano 1 e terminou no ano 100, o século II se iniciou no ano 101 e terminou no ano 200, e assim por diante. O século XX iniciou no ano 1901 e terminou no ano 2000, e o século XXI iniciou no ano 2001 e irá terminar no ano 2100. Da mesma forma, também utilizamos as *décadas* (períodos de 10 anos) e os *milênios* (períodos de 1000 anos) para simplificar a contagem do tempo. Com menos frequência, é possível encontrar ainda as expressões *biênio* (2 anos), *quinquênio* (5 anos), e *quartel* (25 anos).

### **Os períodos da história**

Para facilitar o estudo da História humana, esta costuma ser dividida em períodos. Iniciamos por uma divisão em dois grandes períodos, **Pré-história** e a **História**. Denominamos de Pré-história todo o período que vai do surgimento da espécie humana até a criação da escrita. Já a História se inicia da invenção da escrita até os dias atuais. Estes dois períodos, porém, continuam sendo muito amplos, e cada um deles abriga grandes transformações nas características mais importantes das sociedades humanas. Torna-se necessário, então, dividi-los em períodos menores, de acordo com as mais importantes mudanças pelas quais a humanidade passou.

O período da **Pré-história** é dividido em 3 períodos menores:

- O **Paleolítico** vai do surgimento da humanidade até o surgimento da agricultura, há cerca de 10 mil anos a.C.
- O **Neolítico** tem início com a agricultura, e vai até o aparecimento da metalurgia, aproximadamente em 5 mil a.C.
- A **Idade dos Metais** se inicia com a metalurgia e vai até a criação da escrita, cerca de 4 mil a.C. A Idade dos Metais, por sua vez também pode ser dividida em *Idade do Bronze* e *Idade do Ferro*.

Já a **História** é dividida em 4 partes:

- A **História Antiga (ou Antiguidade)**, tem início com a escrita e vai até o fim do Império Romano Ocidental, no ano 476.
- A **Idade Média** vai do fim da Antiguidade até a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453.



- A **História Moderna** tem início com o final da Idade Média e dura até a Revolução Francesa em 1789.
- Por fim, a **História Contemporânea** inicia-se com a Revolução Francesa e abrange até os dias de hoje.

Esta forma de dividir a história em períodos é bastante tradicional, e privilegia os aspectos políticos das transformações ocorridas nas sociedades, como a invasão de uma capital ou uma revolução. Nem todos os historiadores concordam com ela, mas toda esta divisão continua a ser utilizada, e a manteremos aqui como forma de organizar os conteúdos.

Também, devemos ressaltar que esta forma de dividir a história em períodos foi elaborada pensando-se apenas na Europa e oriente próximo. Ela não leva em conta, por exemplo, as formas como se desenvolveram as antigas civilizações do continente americano, da África, ou os povos do extremo oriente.

## 2. A PRÉ-HISTÓRIA

Chamamos de pré-história todo o período que abrange desde o surgimento da humanidade, até o aparecimento da escrita. A expressão “pré-história”, originalmente, tinha o sentido de “antes da história”, pois, durante muito tempo se acreditava que apenas as sociedades que possuíam a escrita podiam ser estudadas, e, portanto, apenas elas teriam uma “história”. Porém, atualmente diversas ciências e técnicas como a arqueologia e a antropologia, permitem que estudemos o passado humano e as transformações ocorridas nos períodos anteriores ao surgimento da escrita.

**Atualmente o termo “pré-história” é compreendido como uma fase da história humana, não algo anterior a ela.**

Uma vez que este período se caracteriza pela ausência de documentos escritos a partir dos quais possamos estudar a sociedade humana e suas transformações, o estudo da pré-história é realizado de outras maneiras. A principal delas é a **arqueologia**, uma ciência que estuda as sociedades humanas de diferentes épocas a partir da sua **cultura material**, ou seja, das diferentes formas de evidências deixadas pelos homens nas suas atividades diárias, como ferramentas de pedra, restos de alimentação, pinturas nas paredes de cavernas e rochas, recipientes de cerâmica, sepultamentos, etc.

### A origem do homem

Desde as pesquisas de Charles Darwin, no século XIX, sabemos que todas as espécies de seres vivos estão sujeitas a um processo de constante evolução e adaptação ao meio ambiente. Assim sendo, as espécies de seres vivos que existem atualmente não surgiram “prontas”, na forma como as conhecemos, mas são o resultado de um longo e muito complexo processo evolutivo. Neste processo, inúmeras espécies surgiram, e a maior parte delas desapareceu sem deixar vestígios.

Os primeiros mamíferos surgiram aproximadamente entre 225 e 180 milhões de anos. Os primeiros primatas surgiram entre 70 e 60 milhões de anos atrás. Na ordem dos primatas, encontram-se todas as espécies vulgarmente chamadas de macacos, micos e lêmures. Entre os primatas, encontra-se a família de *hominídeos*, à qual pertencem o ser humano e seus antepassados.

O ser humano, da mesma forma que outras espécies, está sujeito a inúmeros fatores que determinam a sua evolução. Nossa espécie é resultado de uma evolução que se iniciou no continente africano há cerca de seis milhões de anos atrás, quando algumas espécies de primatas passaram por transformações que lhes deram características favoráveis à sobrevivência. Ao longo deste processo surgiram inúmeras espécies, como os diferentes tipos de *Ramapithecus* e *Australopithecus*.



Há aproximadamente 2 milhões de anos atrás surgiu o *Homo habilis*, a primeira espécie do gênero *Homo*, que possuía uma caixa craniana maior e uma postura mais ereta, e provavelmente já manipulava algum tipo de ferramenta rudimentar, além de ter uma dieta mais diversificada do que outros primatas, alimentando-se tanto de vegetais como de carne. Até este momento, todas estas espécies de homínídeos haviam existido apenas no continente africano. Há cerca de um milhão e meio de anos surgiu o *Homo erectus*, que foi o primeiro homínídeo a migrar para fora da África, povoando a Ásia e a Europa. Este já utilizava ferramentas de pedra lascada mais elaboradas, era um hábil caçador, e aprendeu a dominar o fogo.

A partir de aproximadamente meio milhão de anos surgiu o *Homo sapiens*, espécie da qual faziam parte algumas subespécies como o “homem de Neandertal” (*Homo sapiens neanderthalensis*) que surgiu cerca de 400 mil anos atrás. Este possuía características biológicas bem próximas às nossas, e os vestígios indicam que já possuía uma vida cultural e religiosa desenvolvida. Sabe-se, por exemplo, que ele sepultava seus mortos em um elaborado ritual, suas ferramentas de pedra lascada eram diversificadas e cientistas acreditam que ele já possuía uma linguagem desenvolvida. O homem de Neandertal chegou a conviver com o homem moderno (nossa subespécie), tendo desaparecido há cerca de 30 mil anos. Possivelmente sua extinção está relacionada com a competição com o homem moderno pelo território e os recursos naturais.

A nossa subespécie, que chamamos de ***Homo sapiens sapiens* ou *Homo sapiens moderno***, surgiu há menos de 300 mil anos, no continente africano. Com o desaparecimento do *neanderthalensis*, tornou-se a única espécie humana sobrevivente. Graças às características físicas desenvolvidas, e à grande capacidade cerebral, o ser humano possuía uma grande capacidade de adaptação ao meio ambiente. Isto permitiu ao homem formar tradições culturais, linguagens e tecnologias que lhe permitiram superar as dificuldades e aumentar suas chances de sobrevivência.

O *Homo sapiens moderno* povoou quase todo o planeta. Suas diferentes etnias existentes atualmente fazem parte da mesma espécie humana, e as diferenças físicas que as distinguem são apenas o resultado de adaptações ao meio ambiente que estes grupos sofreram. Em cada região do mundo, terminaram por predominar aquelas características físicas que davam aos homens melhores chances de sobreviver, de acordo com as condições do meio ambiente e clima.

### **O Paleolítico**

O primeiro período da Pré-História, é o **paleolítico**. Situamos o início deste período no momento em que surgem os primeiros vestígios dos antepassados humanos.

No Paleolítico, **a sobrevivência humana era baseada na caça, na pesca, e na coleta de frutas e raízes**. Como resultado deste modo de vida, que dependia totalmente da natureza, os homens viviam como **nômades**, migrando com grande frequência de uma região para outra, conforme a disponibilidade de animais e plantas que pudessem ser utilizados na alimentação, ou de acordo com as mudanças climáticas.

Estas condições duras de vida obrigavam as comunidades humanas a manter uma população reduzida, pois quanto maior fosse o grupo, mais difícil tornava-se garantir a sobrevivência. Chamamos estes pequenos grupos de **caçadores - coletores nômades** de “bandos” ou “hordas”, que costumavam ter entre 30 e 50 pessoas.

A organização social destes grupos era bastante simples. É provável que houvesse uma divisão de tarefas baseada no sexo, em que os homens eram responsáveis pela caça, que era feita em grupo, e as mulheres, além de cuidar das crianças, praticavam a coleta, procurando frutos e raízes comestíveis próximo à aldeia.

Já no Paleolítico, o homem demonstrou um grande avanço tecnológico e cultural. Antes mesmo de se tornar um caçador, já dominava o fogo e produzia ferramentas de pedra lascada. Após passar a incluir uma quantidade maior de carne na sua alimentação, os homens tornaram-se caçadores e passaram a produzir ferramentas de pedra mais elaboradas, como facas e machados, além de criar armas eficientes como a lança e o arco e flecha.



Notamos também um desenvolvimento artístico e preocupações de natureza estética e religiosa, que se evidenciam nas pinturas rupestres (realizadas em rochas ou paredes de cavernas), estatuetas, e sepultamentos complexos onde o corpo era acompanhado de objetos e flores.

### **O Neolítico**

O período seguinte da pré-história é o **Neolítico**. Aproximadamente 10 mil anos a.C., ocorreu o **desenvolvimento da agricultura**. Observando as plantas, os homens perceberam que poderiam cultivar os alimentos, eliminando assim o risco da escassez e da fome. Passaram a selecionar e a plantar vegetais como o trigo e a cevada. Desta forma, a humanidade tornou-se menos dependente da natureza, passando a transformar o meio ambiente para produzir alimentos e bens de que necessitava. Além da agricultura, o Neolítico também foi marcado pelo pastoreio. Os homens passavam a selecionar os animais mais dóceis e úteis, e a domesticá-los, criando rebanhos de bois, cavalos e ovelhas para suprir a necessidade de carne, couro, leite e lã.

A primeira grande transformação ocorrida no modo de vida na Pré-história após a descoberta da agricultura foi o fim do nomadismo. Com a sobrevivência baseada na agricultura as constantes migrações tornaram-se desnecessárias, e até mesmos impossíveis, e as comunidades se tornaram **sedentárias**, ou seja, passaram a viver em locais fixos. Com o sedentarismo, tendo a produção de alimentos garantida e sem risco de escassez, a população humana passou a aumentar. O Neolítico foi marcado por um grande aumento demográfico, ou seja, ocorreu um grande aumento populacional, fazendo com que as aldeias se tornassem cada vez maiores.

Surgiram também outras inovações técnicas, como a produção de cerâmica e dos tecidos, por volta de 6 000 anos a.C. . O aumento da população e o desenvolvimento destas novas atividades tornaram a sociedade mais complexa, dando início à especialização do trabalho. O conjunto de mudanças que ocorreu no Neolítico foi tão significativa para a forma de vida destas comunidades que esta transformação recebeu o nome de **Revolução Agrícola**, ou **Revolução Neolítica**.

Embora no Neolítico tenham ocorrido algumas mudanças importantes, que mais tarde conduziram ao surgimento de trabalho especializado, a sociedade neolítica ainda possuía características de uma sociedade simples, ou “primitiva”. Essas características eram a não existência de Estado (uma estrutura organizada de governo), de uma divisão da sociedade em classes sociais hierarquizadas, de propriedade privada sobre as terras cultivadas, de centros urbanos, etc. Durante o Paleolítico e o Neolítico os recursos naturais e as terras cultiváveis eram posses coletivas, sendo explorados por todos os membros da aldeia. A economia era de subsistência, ou seja, produzia-se apenas o necessário para suprir as necessidades coletivas, e havia uma divisão igualitária na apropriação dos bens. Não havendo propriedade sobre os meios de produção, nem existindo uma divisão social que permitisse a um grupo explorar o trabalho de outro, caracterizava-se o chamado “**comunismo primitivo**”.

### **A Idade dos Metais e a Revolução Urbana**

Ainda no Neolítico, ocorreu a descoberta da metalurgia. O primeiro metal a ser descoberto foi o cobre, que não permitia produzir ferramentas resistentes. Por volta de 5000 a.C., porém com a descoberta da fusão dos metais foi possível produzir o bronze, que possibilitou ferramentas mais resistentes e eficientes do que aquelas feitas de pedra. Gradualmente as armas e ferramentas de pedra foram sendo substituídas pelas de metal, possibilitando um grande aumento na produtividade agrícola e grandes vantagens nos confrontos com inimigos. Posteriormente, um maior desenvolvimento da metalurgia levou ao descobrimento do ferro, permitindo a produção de ferramentas ainda mais resistentes e eficientes. Com base nessa evolução técnica, a Idade dos Metais se divide em Idade do Bronze e Idade do Ferro.

Além de diversos avanços tecnológicos, este foi um período de grandes transformações na forma de organização social.



A agricultura desenvolveu-se de modo a permitir uma produção de alimentos maior do que o necessário para a alimentação das aldeias. Assim teve início a produção de **excedentes agrícolas** (o “excedente” é a parte do alimento produzido que está além do necessário para garantir o sustento da comunidade). Estes excedentes podiam ser armazenados e utilizados como uma reserva para um eventual período de escassez, ou para a realização de trocas com outras aldeias. Dessa maneira, os excedentes passaram a representar não apenas a alimentação, mas também uma forma de riqueza que devia ser administrada.

Os **líderes religiosos** passaram a ter um papel de destaque na sociedade, concentrando muito poder e tendo um papel importante na administração dos excedentes. Surgiram assim templos que serviam como centros religiosos, onde sacerdotes lideravam as cerimônias, arrecadavam oferendas e tributos e aplicavam a justiça. Paralelamente, surgem formas de organização mais complexas, que levaram ao desenvolvimento do **Estado** (formas organizadas de governo). Com o estabelecimento dos primeiros governos monárquicos organizados, definiu-se uma classe privilegiada na forma de uma **nobreza**, uma classe dominante que é determinada pelo nascimento e pelo parentesco.

A formação do Estado, a organização religiosa, e a produção de excedentes conduziram ao surgimento de uma hierarquia social. Os sacerdotes e a nobreza passaram a constituir o topo dessa hierarquia. Numa posição intermediária ficavam os artesãos e comerciantes. Os agricultores, responsáveis pela produção agrícola, formavam a base da pirâmide social, sendo a classe mais baixa da hierarquia.

Ao mesmo tempo, o aumento da população e a especialização do trabalho ajudaram a definir os limites entre os meios urbano e rural, levando ao surgimento das primeiras cidades, em que concentrava a produção artesanal, o comércio, e os centros religiosos e de poder. Enquanto isso, o campo se definia como área de produção agrícola.

Este conjunto de transformações, que permitiram o surgimento de uma sociedade complexa, caracterizada pela existência de excedentes produtivos, classes sociais distintas, Estado, religião, organizada, e núcleos urbanos, foi chamada de **Revolução Urbana**.

## **A PRÉ-HISTÓRIA DO CONTINENTE AMERICANO**

### **O povoamento da América**

O povoamento do continente americano ocorreu durante o período Paleolítico. Lembremos que a origem da humanidade se encontra na África. A partir de 100 mil anos atrás, aproximadamente, o Homo sapiens ocupou um território mais amplo e passou a migrar com mais frequência, povoando a Ásia e a Europa.

Ainda há controvérsias quando a explicação do povoamento da América. A maioria dos pesquisadores atualmente concorda que o nosso continente foi povoado em sucessivas correntes migratórias que ocorreram em diferentes momentos, mas há diferentes opiniões sobre a chegada dos primeiros grupos humanos.

A teoria mais aceita entre os pesquisadores, é a teoria do *Estreito de Bering*, também chamada teoria *Clóvis*. De acordo com esta teoria, os primeiros povoadores do continente americano vieram da região da Sibéria, na Ásia. Durante o último período **glacial**, grupos de caçadores que viviam nesta região teriam migrado para a América do Norte, cruzando o Estreito de Bering (faixa de mar que separa a América do Norte da Ásia) e entrando em nosso continente através do Alasca. **Glaciações**(também chamadas de “Eras do Gelo”) são períodos em que o clima da terra se tornava extremamente frio e seco, tornando o nível dos oceanos mais baixo, e as calotas polares maiores. Nessas condições, teria surgido uma ligação entre a Ásia e a América do Norte, e teria sido possível migrar de um continente para outro. Uma vez povoando a América do Norte, estas comunidades de caçadores/coletores se multiplicariam, ocupando o território e migrando em direção ao sul, até povoar toda a América.



As três últimas glaciações ocorreram, respectivamente, cerca de 40 mil, 25 mil e 14 mil anos atrás. Há aproximadamente 12 mil anos, todo o continente americano havia sido povoado. Um dos indícios que reforça a teoria do Estreito de Bering é a semelhança física existente entre os povos indígenas que vivem aqui quando os colonizadores europeus chegaram, e os povos asiáticos.

### **As fases da pré-história americana**

No estudo da pré-história do continente americano, não são usados os termos “Paleolítico”, “Neolítico”, “Idade da Pedra” ou “Idade dos Metais”, pois estes termos foram elaborados no estudo da pré-história dos continentes do “velho mundo”, ou seja, África, Ásia e Europa. Na verdade, esta forma de classificação é totalmente inadequada para a realidade encontrada pelos pesquisadores das Américas. O sistema elaborado pelos arqueólogos Gordon Willey e Philip Phillips estabelece 3 períodos para a classificação da pré-história americana.

O **período Paleoíndio** corresponde ao período que vai da chegada dos primeiros povoadores da América até aproximadamente 10 mil anos, quando o fim das glaciações trouxe o aumento das temperaturas médias do planeta. Os vestígios arqueológicos deste período indicam o uso, na alimentação, de animais de grande porte atualmente extintos (estes animais são chamados de *megafauna*).

O **período Arcaico** também foi caracterizado por populações de caçadores, mas estes já viviam em condições climáticas mais próximas das condições atuais, e caçavam animais de pequeno e médio porte, semelhantes aos que existem ainda hoje. Os vestígios desta fase incluem ferramentas de pedra lascada ou polida, artefatos de ossos e dentes de animais, e habitações em grutas. Neste período também se desenvolveram estratégias mais diversificadas de sobrevivência, como o cultivo de várias espécies de plantas, e a exploração de recursos aquáticos, como moluscos.

O último período da pré-história americana, o **Formativo**, caracteriza-se pela existência de agricultura, ou outra forma de economia de subsistência suficiente, combinada com a sedentarização. Os vestígios desta fase incluem a cerâmica.

## **3.HISTÓRIA ANTIGA: ORIENTE PRÓXIMO E ÁFRICA**

### **As civilizações do Crescente Fértil**

As primeiras civilizações surgiram na região conhecida como “**Crescente Fértil**”, que se estende do nordeste da África, no vale do rio Nilo, até o Oriente Médio, na região banhada pelos rios Tigre e Eufrates. Nesta região surgiram as primeiras sociedades com características que identificam as *sociedades complexas*, como especialização do trabalho, produção de excedentes agrícolas, hierarquia social, religião organizada, Estado e escrita.

**A abundância de terras férteis próximo aos grandes rios possibilitou o desenvolvimento de uma agricultura avançada e com grande produção de excedentes.** A necessidade de se organizar a mão de obra para executar grandes obras, como diques, canais de irrigação, reservatórios de água, aterros e portos, levou ao desenvolvimento das primeiras formas de Estado. Foi nesta região que primeiramente ocorreram a **Revolução Agrícola** e a **Revolução Urbana**.

O termo **Modo de Produção Asiático** foi utilizado para designar o tipo de organização social, política e econômica das sociedades do antigo oriente próximo, como o **antigo Egito** e as **civilizações mesopotâmicas**. As características deste modo de produção seriam, entre outras, a *inexistência da propriedade privada a terra*, e a *presença de um Estado despótico*, representado por um governante que é visto como o grande proprietário, e que tem as atribuições de controlar a economia, a divisão do trabalho e as obras necessárias à sobrevivência da sociedade, sendo também responsável pela organização militar e a defesa, e a liderança das funções religiosas.





Neste tipo de organização, não existia um comércio muito desenvolvido, pois o Estado se apropriava dos excedentes produtivos na forma de tributos.

A produção era baseada na **agricultura de irrigação**, o que justificaria a dependência de uma administração centralizada, que patrocinava a construção de grandes **obras hidráulicas**, por exemplo. A mão de obra era abundante, estando a população das comunidades aldeãs subordinadas à **servidão coletiva**. Ou seja, os escravos não eram a maior parte dos trabalhadores, e os camponeses de forma geral eram obrigados a trabalhar nas grandes obras e a pagar tributos na forma de produtos agrícolas.

A estreita ligação entre o desenvolvimento destas civilizações com *Estadoteocráticos* e as grandes *obras de irrigação* fez com que estas organizações sociais também fossem também chamadas de **impérios teocráticos de regadio**.

Outra expressão que alguns autores utilizam para se referir a este tipo de sociedade é “**Modo de Produção Tributário**”, numa referência ao fato de que os excedentes agrícolas são acumulados pelo Estado na forma de tributos.

### 3.1.OS POVOS DA MESOPOTÂMIA

A palavra grega **Mesopotâmia**, que significa “**terra entre rios**”, identifica a **região banhada pelos rios Tigre e Eufrates** (no atual Iraque), onde surgiu a mais antiga forma de escrita conhecida. Por esta razão, a Mesopotâmia é conhecida como “**berço da civilização**”. O sul da Mesopotâmia apresentava grande quantidade de terras férteis, graças às inundações periódicas, fazendo com que vários povos se estabelecessem na região.

Os **sumérios** desenvolveram a **escrita cuneiforme** (“escrita em forma de cunha”) aproximadamente no ano 3.200 a.C., sendo essa a mais antiga forma conhecida de escrita. Sua civilização estava politicamente organizada em **idades-Estado** (idades politicamente autônomas, cada uma delas com seu rei e suas leis), como Ur, Uruk, Lagash, situadas próximas às margens dos rios Tigre e Eufrates.

A partir de aproximadamente 2 mil anos a.C., a Mesopotâmia constituiu um império unificado cuja capital era a cidade chamada Babilônia, situada às margens do Rio Eufrates. Este império é conhecido como **Antigo Império Babilônico**, e o soberano que mais se destacou neste período foi *Hamurábi* (1728 a.C. a 1686 a.C.) que, para unificar a legislação, elaborou o código de leis denominado **Código de Hamurabi**. Este código teve grande importância, por ser a mais antiga sistematização das leis que se conhece. Suas 280 leis estão gravadas em caracteres cuneiformes, em uma pedra de formato cônico, que atualmente encontra-se exposta no Museu do Louvre, em Paris. No topo da pedra vemos a imagem do imperador, recebendo as leis de Shamash, o deus Sol, também identificado como deus da justiça.

Durante certo período a Mesopotâmia foi dominada pelos assírios, cuja fama era de serem guerreiros extremamente violentos e cruéis. Durante o **Império Assírio**, a capital foi transferida para Assur e mais tarde para Nínive, cidades da Assíria (região norte da Mesopotâmia). O imperador Assurbanipal construiu uma grande biblioteca, a *biblioteca de Nínive*, onde reuniu documentos escritos encontrados em toda a Mesopotâmia. A descoberta das ruínas dessa biblioteca permitiu aos pesquisadores descobrir muitas informações sobre os diversos povos da região.

No ano 612 a.C. os assírios foram derrotados, e os caldeus passaram a dominar a região. Os caldeus conquistaram e reconstruíram a cidade da Babilônia, tornando-a uma das mais esplendorosas cidades da antiguidade. A Babilônia voltou a ser a capital do império, e por esta razão, este período ficou conhecido como **neobabilônico**, ou **Novo Império Babilônico**. O imperador mais conhecido deste período foi Nabucodonosor, responsável pela construção de uma grande obra arquitetônica conhecida como *Jardins Suspensos da Babilônia*.



Entre suas conquistas militares está a tomada de Jerusalém, onde ocorreu o episódio conhecido na história bíblica como *Cativeiro da Babilônia*, em que os *hebreus* foram escravizados. Em 539 a.C. a Mesopotâmia foi dominada pelo Império Persa, governado pelo imperador Ciro.

### **Características gerais dos povos da Mesopotâmia**

A principal atividade econômica era a agricultura. As terras pertenciam ao Estado e aos templos. O regime de trabalho predominante era a **servidão coletiva**, ou seja, todos os trabalhadores viviam submetidos ao regime de servidão. O cultivo das terras era comunitário, e os camponeses precisavam entregar parte da produção na forma de impostos aos funcionários do Estado ou sacerdotes.

Existiam também escravos, mas este regime de trabalho não era predominante. Os escravos eram geralmente prisioneiros de guerra, ou pessoas pobres que não podiam pagar suas dívidas. Inicialmente eram pouco numerosos, mas a quantidade de escravos cresceu com as guerras entre diversos povos da Mesopotâmia. Trabalhavam nos palácios, nos templos e nas residências das famílias nobres.

Embora a principal atividade econômica fosse a agricultura, ocorreu também na Mesopotâmia um grande desenvolvimento do comércio, devido à importância da circulação de mercadorias e riquezas entre as diversas cidades.

A sociedade era rigidamente dividida em classes sociais. Os grupos privilegiados eram os nobres e governantes, sacerdotes, altos funcionários e comerciantes. Na base da sociedade estavam os camponeses, artesãos e os escravos.

O sistema político mesopotâmico era a **monarquia teocrática**, ou seja, o poder político estava ligado à religião. Os reis e imperadores eram considerados os supremos sacerdotes, e, portanto, representavam a vontade dos deuses. Um exemplo disso é o próprio *Código de Hamurábi*, onde a imagem do imperador recebendo as leis de um deus ressalta o caráter divino de sua autoridade. A lei na verdade era vista como a vontade dos deuses, dos quais o governante era um representante.

Os sacerdotes possuíam também muito poder, exercendo grande influência no Estado, e muitas vezes atuando na administração de algumas regiões, recolhendo os tributos e até mesmo exercendo a justiça.

Os povos da Mesopotâmia eram **politeístas**, ou seja, acreditavam em vários deuses. Cada uma destas civilizações cultuava seus deuses, e as divindades mais importantes eram normalmente aquelas cultuadas pelo povo que predominava na região naquele momento.

## **3.2.O ANTIGO EGITO**

A civilização egípcia desenvolveu-se no **Nordeste da África**, no **vale do rio Nilo**, onde as inundações periódicas permitiram o surgimento de uma faixa de terras férteis em meio a uma região predominantemente desértica. Nas áreas próximas ao rio desenvolveram-se os *nomos*, grandes aldeias governadas por *nomarcas*, onde se desenvolveu uma agricultura que produzia grandes excedentes. **Isto foi possível graças às grandes obras de irrigação, construção de diques e barragens, e outras formas de evitar a destruição causada pelas enchentes e aproveitar melhor a água do Nilo.**

### **A cronologia histórica:**

**Período pré-dinástico:** Por volta de 3500 a.C. os *nomos* organizaram-se em dois reinos, o Alto Egito e o Baixo Egito. Em 3200 a.C. o faraó Menés unificou os tronos destes dois reinos, formando um império unificado.



**O Antigo Império(3200 a 2160 a.C.):**Neste período os faraós fortaleceram o seu poder, centralizando os poderes religioso, militar, jurídico e administrativo. A capital foi Tinis, e mais tarde Mênfis. Destacaram-se os faraós Quéops, Quefren e Miquerinos. Por volta de 2400 a.C., teve início uma série de revoltas lideradas pelos líderes dos nomos, que enfraqueceu o poder dos faraós.

**O Médio Império (2160 a 1730 a.C.):** A nobreza da cidade de Tebas conseguiu acabar com as revoltas, e assumiu o poder. Tebas passou a ser a nova capital, e os faraós que governaram o Egito nos séculos seguintes eram originários dessa cidade. Aproximadamente no ano 1750 a.C. ocorreu a invasão dos hicsos, que vinham da Ásia e dominaram o norte do Egito.

**O Novo Império (1500 a 1085 a.C.):** Após a expulsão dos hicsos, a nobreza tebana novamente restaurou a unidade do império. Ocorreu uma grande expansão militar, com a formação de exércitos permanentes e a invasão de territórios da Ásia. O Egito tornou-se a civilização mais poderosa do Crescente Fértil. Os faraós mais conhecidos deste período foram Tutmés III, Amenófis IV e Ramsés II, e foram construídos os templos de Luxor e Carnac.

A partir do ano 1167 a.C. o Egito entrou em uma fase de decadência, sendo agitado por revoltas populares, e invadido por diferentes povos. Entre 678 e 670 a.C. foi dominado pelos assírios.

**O Renascimento Saíta:** Após se libertar dos assírios, o Egito iniciou um período de recuperação econômica e cultural onde os nobres da cidade de Saís governaram. Este período foi chamado de Renascimento Saíta, porém, durou pouco tempo.

No ano de 525 a.C. o Egito foi dominado pelo Império Persa. Pouco depois pelo exército de Alexandre, o Grande, e em 30 a.C. pelos romanos.

### **Características da sociedade egípcia:**

A sociedade egípcia era estratificada e não havia mobilidade social, ou seja, a posição social do indivíduo era determinada pelo nascimento. No topo da sociedade estavam o faraó e sua família, seguidos por uma nobreza e pelos sacerdotes e os mais importantes funcionários do Estado. Logo abaixo estavam os funcionários do Estado e dos templos, como os escribas. Seguiam-se os artesãos e, na base, os camponeses.

Havia também escravos na sociedade egípcia, mas estes não representam a maioria dos trabalhadores, não cumprindo um papel fundamental na produção de riquezas.

Politicamente, o antigo Egito era uma **teocracia**, ou seja, o poder político estava ligado à religião (**teo** significa “deus”, e **cracia** significa “poder” ou “autoridade”). O faraó era considerado uma divindade.

A economia era controlada pelo Estado, representado pelo faraó, que era considerado o dono da maioria das terras. O regime de trabalho predominante era a **servidão coletiva**. A população camponesa entregava parte da produção agrícola ao Estado, na forma de tributos. Nos períodos em que não havia produção agrícola, a população era requisitada para trabalhar em grandes obras como a construção de templos, palácios, pirâmides, diques ou canais.

### **A cultura e a religião no antigo Egito**

No antigo Egito existiam três formas de escrita. A **escrita hieroglífica** tinha caráter sagrado, sendo utilizada nas paredes dos templos, pirâmides e túmulos. A **escritahierática** era uma simplificação da hieroglífica, sendo uma escrita de função documental. A **escritademótica** era a forma mais popular da escrita egípcia.

A escrita egípcia só começou a ser decifrada a partir de 1799, quando o Egito ficou sob domínio francês, e o estudioso Champolion decifrou a **Pedra de Roseta**, um fragmento de basalto negro encontrado próximo à cidade de Roseta, que apresentava o mesmo texto escrito em três alfabetos, o grego, o hieroglífico, e o demótico. Como a escrita grega já era conhecida, foi possível decifrar os outros dois alfabetos. Foi a partir deste momento que os conhecimentos a respeito do antigo Egito passaram a avançar.



Os egípcios tiveram um grande desenvolvimento, principalmente nas áreas da matemática e da astronomia. Sua arquitetura permitiu construir obras de grande complexidade como pirâmides, palácios e templos. Elaboraram um calendário solar com o ano dividido em 12 meses de 30 dias. A religião egípcia era **politeísta**, ou seja, possuía diversos deuses. Estes deuses podiam ser zoomórficos (com forma de animais) ou antropomórficos (com forma humana), ou ainda podiam ser representados através de elementos da natureza como o Sol e o próprio rio Nilo. Outra característica importante da religiosidade egípcia é o grande destaque dado à vida após a morte, manifestado na preocupação com a mumificação e a construção de grandes **pirâmides** para o sepultamento de faraós. Os egípcios acreditavam que em uma vida após a morte a alma voltaria a ocupar o corpo. Daí a preocupação em **mumificar** os cadáveres, procurando impedir sua decomposição. Este procedimento era bastante complexo e caro, por isso era um privilégio da nobreza. As técnicas de mumificação levaram a um grande desenvolvimento dos conhecimentos de anatomia.

### 3.3. OUTROS POVOS DO ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO

#### Os hebreus

O povo hebreu, de origem semita, estava estabelecido na Mesopotâmia por volta de 2 mil anos a.C. Viviam do pastoreio, e estavam organizados em clãs ou tribos, lideradas por patriarcas. Posteriormente migraram para a região que chamavam de “terra prometida” (Canaã, que segundo a tradição judaica seria a região onde se situa atualmente o Estado de Israel), onde se estabeleceram e desenvolveram a agricultura por volta do séc. XII a.C.

Os hebreus destacam-se dos demais povos da antiguidade, entre outras coisas, pela religião. O **judáismo** foi a primeira religião **monoteísta**, ou seja, que acredita na existência de um único deus. Da tradição religiosa hebraica originaram-se mais tarde duas outras religiões monoteístas, o cristianismo e o islamismo.

#### Os fenícios

A civilização fenícia ocupava uma estreita faixa de terra situada entre o mar Mediterrâneo e as montanhas (região que corresponde ao atual Líbano), sem grandes áreas de terras cultiváveis. Inicialmente desenvolveram atividades como a pesca e a extração de cedro das montanhas, e aprimoraram o artesanato, a construção de embarcações e as técnicas de navegação.

Por volta de 1500 a.C. os fenícios criaram um alfabeto de 22 caracteres que representavam os sons da voz humana, e que mais tarde serviria de base para o desenvolvimento do alfabeto grego. Entre os anos 1600 e 1400 a.C. dominaram o comércio no mar Mediterrâneo, comercializando não apenas produtos comprados de outros povos, mas também produzidos na Fenícia, como objetos de metal, jóias, tecidos de cor púrpura e peças de vidro e cerâmica, além do cedro (madeira abundante nas montanhas da região).

#### Os persas

A região da Pérsia (atual Irã) situava-se entre a Mesopotâmia e a Índia. A partir do ano 539 a.C., sob o reinado de Ciro, os persas adotam uma política expansionista, invadindo e dominando a Mesopotâmia. Durante o reinado de Dario I o Império Persa atingiu o seu apogeu, abrangendo desde os limites da Índia até a Ásia menor e o Egito, e entrando em guerra com a civilização grega. Dario dividiu o império em 20 satrâpias (províncias) governadas por sátrapas. Construiu uma extensa rede de estradas unindo todas as regiões, organizou um sistema de correios e criou uma moeda única que resultou no desenvolvimento do comércio. Em 331 a.C. o Império Persa foi invadido e dominado pelo exército de Alexandre, o Grande, rei da Macedônia.



## 4.HISTÓRIA ANTIGA: AS CIVILIZAÇÕES OCIDENTAIS

### A economia escravista

As antigas civilizações grega e romana são exemplos do tipo de organização social e econômico denominado **Modo de Produção Escravista**. A terra, o principal bem necessário à produção agrícola, era uma **propriedade privada**. Os proprietários de terras formavam uma aristocracia, a classe dominante, e a produção era realizada predominantemente pela mão de obra escravizada.

A **escravidão** é uma *“instituição secular caracterizada pela situação de indivíduo juridicamente considerado um objeto, do qual outra pessoa pode dispor livremente exercendo direitos de propriedade”* (Azevedo). Ou seja, a característica marcante do escravo não é a natureza do trabalho que ele exerce, mas o fato de que ele pertence a outra pessoa, tornando-se uma propriedade. Neste período (a antiga civilização greco-romana) embora nem todos os trabalhadores fossem escravos, a maior parte da riqueza era produzida através do trabalho escravo, sendo esta a base da economia.

Como vimos anteriormente, as principais maneiras pelas quais os trabalhadores se tornavam escravos eram o endividamento e as guerras.

### 4.1. GRÉCIA ANTIGA

O território ocupado pela antiga civilização grega pode ser dividido em 3 partes. A Grécia Continental (Hélade), a Grécia Insular (formada pelas ilhas do mar Egeu) e a Grécia Asiática (Jônia). Até a sua divisão pela Macedônia, entretanto, este grande território ocupado pela civilização grega nunca possuiu um Estado unificado. **A forma de organização política típica da antiga Grécia era a pólis, a cidade-Estado grega**. Cidades como Esparta, Atenas, Tebas e Corinto **eram politicamente autônomas, e possuíam suas próprias formas de organização política e social**.

A pólis era formada por um núcleo urbano principal, onde se localizavam a acrópole (centro religioso, com os templos e prédios mais importantes), a ágora (praça central), e o asti (mercado), e uma área rural, onde se situavam as vilas e as áreas agrícolas.

**Cronologia Histórica:**A história da Grécia antiga é tradicionalmente dividida em 5 períodos.

**O período Pré-homérico (séc. XX a.C. a Séc. XII a.C.):** Este período que corresponde à fase de formação da civilização grega, que surgiu a partir dos contatos entre quatro diferentes povos, os *aqueus, os jônios, os eólios e os dórios*. Cada um destes povos possuía uma origem e traços culturais distintos.

Os aqueus fundaram a cidade de Micenas, e mantiveram um intenso contato com uma civilização mais antiga existente na ilha de Creta, que chamamos de civilização *cretense ou minóica*. Após os aqueus, os jônios e os eólios instalaram-se em diferentes regiões da península, nas ilhas do mar Egeu e no litoral da Ásia Menor.

A partir de cerca de 1400 a.C. os aqueus iniciaram uma expansão territorial, por terra e pelo mar Egeu. Aproximadamente no ano de 1200 a.C. é que possivelmente teria ocorrido a lendária **Guerra de Tróia**, resultado da expansão dos aqueus na Ásia Menor. Esta guerra, seria, séculos depois, narrada de maneira mitológica nas obras do poeta Homero, a **Ilíada** e a **Odisséia**. Por volta de 1100 a.C. ocorreu a invasão dos dórios. Este povo invadiu a Grécia continental e instalou-se na região da Lacônia, na península do Peloponeso (no sul da Grécia). A invasão dória provocou uma série de deslocamentos entre os povos que habitavam anteriormente a região, que foi chamada de Primeira Diáspora Grega.



**O período Homérico (séc XII a.C. a séc VIII a.C):** Este período recebeu este nome porque muitas informações sobre esta época foram obtidas através das obras do escritor **Homero**, que escreveu dois poemas épicos, a **Ilíada** e a **Odisséia**. Na Ilíada, é contada a história da Guerra de Tróia e de seu principal herói, Aquiles. Na Odisséia, Homero descreve as aventuras de Odisseu, um dos heróis da Guerra de Tróia, rei de Ítaca, em seu retorno a seu reino, após o fim da guerra. O período Homérico caracterizou-se pelo predomínio da economia rural. Houve um enfraquecimento da economia urbana, com o quase desaparecimento do comércio, do artesanato, e da escrita. A principal forma de organização social era o **genos, uma organização baseada no clã, onde a propriedade da terra era comunal**. Todos os membros do genos participavam do trabalho agrícola, e a liderança era exercida por um patriarca.

No final do período homérico, os genos entraram em decadência. Ocorreram lutas pela posse das terras, e surgiu uma nova classe social, formada por proprietários de terras. Os que conseguiam se apropriar das melhores terras eram, com frequência, os parentes mais próximos dos patriarcas, que eram chamados de **eupátridas** (“bem-nascidos”). Estes eupátridas formaram assim uma **aristocraciarrural**, ou seja, uma elite econômica determinada pelo parentesco e que detinha a posse das terras.

Por volta do séc. VIII a.C. ocorreu um grande aumento populacional, seguido de um aumento da produção e do comércio. As cidades cresceram e os gregos desenvolveram uma escrita a partir do alfabeto fenício. A metalurgia do ferro se desenvolveu, e o uso da moeda se difundiu. O desenvolvimento da navegação permitiu que os comerciantes gregos instalassem colônias em terras distantes, e colonos gregos se instalaram no sul da península itálica, na península ibérica, no mar Negro, no Egito e na Líbia. Neste momento ocorreu uma nova série de migrações que foi chamada de Segunda Diáspora grega.

Enquanto **os genos se desagregavam e a terra se transformava em propriedade privada**, grande parte dos camponeses foi expulsa dos campos e precisou buscar trabalho em terras dos eupátridas. Pequenos proprietários, por sua vez, não conseguiam enfrentar a concorrência de produtos agrícolas trazidos das colônias.

**O empobrecimento de grande parte destes trabalhadores rurais, e dos pequenos proprietários, causou a escravização de grande número de pessoas.**

**O período Arcaico (séc VIII a.C. a séc VI a.C.):** O período Arcaico caracterizou-se pelo **fortalecimento da economia escravista, com predomínio da propriedade privada sobre a terra**. Outro fenômeno deste período foi o **grande desenvolvimento das póleis**, pois tornaram-se a forma de organização política típica da antiga civilização grega. Cada pólis era politicamente autônoma, possuindo sua própria forma de governo e organização social, e as mais importantes foram **Esparta e Atenas**, cada uma delas com características próprias:

### **ESPARTA**

Esparta situava-se na região do Peloponeso, onde foi fundada pelos dórios no séc. IX a.C. A dominação dória sobre os demais povos deu origem a uma organização social rígida e a uma sociedade militarizada. As **classessociais** da sociedade espartana eram:

- Os **esparciatas**: Descendentes dos dórios. Eram proprietários de terras, e mantinham o monopólio dos direitos políticos e dos cargos públicos.
- Os **periecos**: Descendentes dos aqueus. Eram livres, mas não possuíam direitos políticos, ou seja, não podiam participar das decisões nem ocupar cargos públicos. Precisavam pagar para utilizar as terras, e dedicavam-se ao comércio ou ao artesanato.
- Os **hilotas**: Descendentes dos essênios. Eram os escravos, pertenciam à cidade.

O tipo de organização política de Esparta era uma **oligarquia**, o que significa que o poder político era privilégio de uma minoria, composta pelos esparciatas.



Esta oligarquia era militarizada, pois a elite dedicava-se ao serviço militar, controlando o exército e utilizando-o para manter seu domínio sobre as outras classes. A organização política espartana, além de limitar os direitos políticos aos esparciatas, também privilegiava os mais velhos.

O governo era uma *diarquia*, ou seja, havia dois reis. As leis eram elaboradas por uma assembleia chamada *Gerúsia*, formada pelos reis e por 28 *gerontes*. Para se candidatar, os gerontes precisavam ter mais de 60 anos, e eram eleitos pela Apela, uma assembleia formada por esparciatas com mais de 30 anos. Havia também os éforos, cinco membros escolhidos da *Gerúsia*, que auxiliavam os reis e eram os responsáveis pela educação e pela justiça.

A educação espartana era dada pelo Estado, e tinha o objetivo de formar bons guerreiros, pois privilegiava o treinamento físico e militar intenso. Dos 12 aos 30 anos de idades os jovens viviam em alojamentos coletivos. Ali recebiam uma educação elementar, e passavam grande parte do tempo praticando exercícios físicos e recebendo treinamento para a guerra. Somente após completar 30 anos de idade os jovens podiam casar e ganhavam direitos políticos, passando a participar da Apela. Após os 60 anos, os homens eram dispensados do serviço militar e podiam ser eleitos gerontes.

## ATENAS

Atenas foi fundada na região da Ática pelos jônios, que conviviam pacificamente com eólios e aqueus. Os grupos sociais da sociedade ateniense eram:

- Os **eupátridas**: A aristocracia ateniense. Grandes proprietários de terras, inicialmente monopolizavam os direitos políticos.
- Os **homens livres** que não pertenciam à aristocracia dedicavam-se ao comércio ou ao artesanato. Inicialmente não possuíam direitos políticos, e estavam sujeitos à escravidão no caso de empobrecimento e endividamento. No auge da democracia passaram a ter o status de cidadãos, obtendo direitos políticos.
- Os **metecos**: eram os estrangeiros que residiam em Atenas. Não possuíam direitos políticos.
- Os **escravos**: eram oriundos principalmente das guerras (quando os inimigos derrotados eram escravizados) ou das dívidas.

A partir da Segunda Diáspora, a expansão do comércio possibilitou o surgimento de uma classe de comerciantes e artesãos ricos, que passaram a pressionar os eupátridas exigindo o direito de participar na vida política. Ao mesmo tempo, as camadas mais pobres da população protestavam contra as desigualdades sociais e a escravidão por dívidas. Para conciliar os conflitos, os eupátridas passaram a fazer concessões, e vários legisladores eleitos pela aristocracia passaram a **fazer reformas políticas que estenderam os direitos políticos a uma parcela maior da população**. Drácon, que foi o legislador no ano 621 a.C., introduziu o registro por escrito das leis. Sólon, no ano 594a.C., perdoou as dívidas dos pequenos agricultores e aboliu a escravidão por dívidas. Criou a Bule (conselho de 400 membros) e a eclésia (conselho formado por todos os homens livres). As reformas de Sólon representaram uma limitação ao poder da aristocracia, e um aumento no número de participantes da vida política.

**Clistenes, em 507 a.C. estendeu os direitos de participação política a todos os cidadãos: homens, livres, filhos de pais atenienses. Assim, ficavam excluídos da cidadania as mulheres, os escravos e os metecos (estrangeiros).**

### A democracia ateniense

Após reformas de Clistenes, consolidou-se o regime político que os gregos chamaram de **democracia** (governo do povo). Na democracia ateniense, que chamamos de uma **democracia direta ou participativa, todos os cidadãos possuíam o direito de tomar parte das decisões e manifestar sua opinião quanto aos assuntos públicos**. Antes de tomar qualquer decisão, os governantes eram obrigados a convocar uma **assembleia** de cidadãos, que se reuniam em uma praça, discutiam e votavam nas medidas o governo deveria tomar.



Assim, os cidadãos reuniam-se cerca de uma vez por mês para decidir sobre alguns assuntos como o aumento de impostos, a construção de um novo templo ou a declaração de guerra a alguma outra nação, por exemplo. Além de tomar parte nas decisões através das assembleias, os cidadãos também participavam do governo ocupando os cargos públicos. Na maioria dos cargos do governo, os cidadãos se revezavam para cumprir as funções. Todo cidadão tinha o direito de ocupar um cargo público no governo durante um determinado tempo.

Também foi instituída em Atenas a prática do **ostracismo**, que tinha o objetivo de exilar da cidade aqueles que fossem suspeitos de representar um perigo contra a democracia. Cada cidadão tinha o direito de votar no nome de uma pessoa que ele acreditasse que fosse uma ameaça, e o mais votado era obrigado a se retirar da cidade por um período de 10 anos.

Esperava-se dos cidadãos que eles tivessem capacidade e disposição para atuar politicamente nas assembleias e nos cargos públicos. Estes cargos, em geral não eram remunerados, e os cidadãos que os ocupavam precisavam garantir seu sustento de outra forma.

A educação ateniense, ao contrário da espartana, valorizava um equilíbrio entre os aspectos físico e intelectual, e priorizava a filosofia e o preparo político. Esperava-se de um cidadão que não apenas demonstrasse interesse pelos assuntos de interesse públicos, mas também fosse capaz de colaborar discutindo e expondo suas opiniões. Diferentemente de Esparta, a educação ateniense não era pública. Quando a criança atingisse os 7 anos de idade, os pais deviam encaminhá-la a um mestre particular. A educação começava com o ensino da cultura literária e da música, e prosseguia com lições de retórica e filosofia.

**Não se pode esquecer que mulheres, estrangeiros e escravos não eram considerados cidadãos.** Dessa maneira, a participação política restringia-se a uma minoria (cerca de 10% dos habitantes). Além disso, é claro que essa participação intensa na vida política da pólis exigia uma grande disponibilidade de tempo. Desta forma, os que tinham uma maior participação nas decisões e nos cargos públicos eram os cidadãos ricos, proprietários de terras ou de lojas e oficinas, que não precisavam trabalhar durante todo o dia para sobreviver.

**O período Clássico (séc. V a.C. a séc. IV a.C.):** Este período foi o momento em que a civilização grega alcançou o seu apogeu cultural. Nesta época as pólis tiveram seu momento de maior esplendor e riqueza. Também foi neste período que ocorreram algumas das maiores guerras que envolveram a civilização grega.

**As Guerras Greco - Pérsicas (498 a.C. a 448 a.C.):** Durante o séc V a.C., o império persa, o maior império do mundo antigo até aquele momento, vinha se expandindo rapidamente. Quando o exército persa anexou a Ásia Menor, dominando as colônias gregas da Jônia e obrigando-as a pagar impostos, estas colônias se revoltaram e foram derrotadas. Muitos colonos gregos foram escravizados. No ano 490 a.C. o imperador persa Dario iniciou a guerra contra a Grécia. No ano 478 a.C. várias pólis gregas, lideradas por Atenas, uniram-se em uma aliança chamada *Confederação de Delos*. Esparta, embora também lutasse contra os persas, não fez parte desta aliança. A guerra terminou no ano 448 a.C., onde foi assinado um tratado de paz, onde os gregos renunciaram ao comércio com o oriente, e os persas reconheceram o predomínio grego do mar Egeu.

**A Hegemonia ateniense:** Por liderar a Confederação de Delos, Atenas cobrava pesados tributos das demais pólis aliadas. Durante o governo de Péricles (444 a.C. a 429 a.C.) a cidade foi reconstruída e modernizada, e a democracia atingiu seu apogeu. Péricles utilizou os recursos espoliados das outras pólis para financiar obras públicas, construindo novos teatros, templos, incentivando a literatura e as artes. Também aperfeiçoou a democracia ampliando a participação política.

**A Guerra do Peloponeso (431 a.C. a 404 a.C.):** Algumas pólis estavam insatisfeitas com a espoliação que sofriam de Atenas, e terminaram por se voltar contra ela. Por se contrapor ao predomínio de Atenas foi criada outra aliança, a *Liga do Peloponeso*, liderada por Esparta.





Após um longo período de guerras, Atenas foi derrotada e a hegemonia da Grécia passou a ser de Esparta. Porém, essa hegemonia não duraria, pois as guerras entre as póleis prosseguiram e após um longo período de conflitos internos a Grécia ficou enfraquecida.

**Período Helenístico (séc. IV a.C.):** Localizado ao norte da Grécia, o reino da **Macedônia** era governado pelo rei Filipe II desde o ano 356 a.C. Quando as póleis gregas estavam enfraquecidas pelas guerras internas, o rei organizou um forte exército e conquistou os territórios gregos. Juntamente com as póleis gregas, Filipe II organizou uma aliança, a *Liga de Corinto*, e iniciou uma nova guerra contra o Império Persa.

Em 336 a.C. Filipe foi assassinado. Seu filho **Alexandre** assumiu o trono e prosseguiu com a guerra contra os persas. A partir de 334 a.C., avançou derrotando o exército persa e ocupando a Ásia Menor, o Egito, a Mesopotâmia, a Pérsia, e avançando até os limites da Índia. Alexandre morreu em 323 a.C. aos 33 anos. Com sua morte iniciou-se uma disputa pelo poder, e o seu império foi dividido em 3 territórios, dando origem aos *reinos helenísticos* da Macedônia, do Egito e da Ásia, governados pelos generais de Alexandre.

Alexandre ficou conhecido como **Alexandre Magno**, ou **Alexandre o Grande**. Suas conquistas ampliaram o intercâmbio cultural e econômico entre os diversos povos da antiguidade e estimularam a integração entre a cultura grega e as culturas do oriente próximo. Nas regiões conquistadas, fundou várias cidades que vieram a se destacar como centros culturais. A esta cultura, que misturava elementos gregos e orientais, deu-se o nome de **helenismo**.

## A CULTURA GREGA

### A religião

Os gregos eram **politeístas**. Acreditavam em vários deuses, sendo que os principais viviam no alto de uma montanha chamada *monte Olimpo*. Embora fossem imortais, os deuses gregos tinham personalidades próprias, com características humanas, incluindo fraquezas de caráter.

O líder do Olimpo era Zeus, o deus dos relâmpagos. Sua esposa era a deusa Hera, considerada a deusa protetora do casamento e do lar. Afrodite era a deusa do amor e da beleza. Atena era a deusa da guerra e da sabedoria. Assim, cada divindade tinha uma função e características próprias. Havia também os *semideuses*, que geralmente nasciam por meio da relação entre um mortal e uma divindade. É o caso de Hércules, Jasão, Odisseu ou Aquiles.

Na **religiosidade** grega não havia mandamentos que obrigassem o indivíduo a seguir uma determinada conduta moral, mas os mortais deviam tomar cuidado para não desagradar aos deuses. Os cultos envolviam oferendas com sacrifícios de animais, com o objetivo de receber a sua proteção e ajuda. Os *oráculos* eram sacerdotes que se manifestavam e respondiam a consultas a respeito do passado, do presente ou do futuro.

Uma das mais importantes festividades religiosas eram os **jogos olímpicos**, realizados a cada quatro anos na cidade de Olímpia, em homenagem a Zeus. A primeira olimpíada de que se tem registro ocorreu 776 a.C. Os vencedores dos jogos se tornavam heróis admirados em toda a Grécia, e durante os dias de jogos decretavam-se tréguas nas guerras que estivessem ocorrendo.

### As artes

Na **arquitetura** grega destacaram-se 3 estilos. O *Dórico* (mais antigo, caracterizado pela simplicidade e solidez), o *jônico* (utilizado em construções mais leves e graciosas) e o *Coríntio* (rebuscado, caracterizado pela riqueza de detalhes). A **escultura** era utilizada principalmente com o objetivo de ornamentar templos e lugares públicos.

O **teatro** foi uma das artes que mais se desenvolveu em Atenas. Inicialmente estava relacionado às festividades religiosas em homenagem ao deus Dionísio, mas com o tempo evoluiu e deixou de tratar esses temas para assim abordar assuntos ligados ao comportamento humano e fazer críticas aos costumes e à vida política. Os dois gêneros de teatro grego são a *tragédia* (onde se destacam Sófocles, Ésquilo e Eurípedes) e a *comédia* (onde se destaca Aristófanes).



## A filosofia

A palavra **filosofia** tem origem grega e significa “amor pela sabedoria”. Os primeiros filósofos eram da Jônia. Inicialmente as preocupações eram a natureza do mundo e o sentido da vida. Quem mais se destacou foram Pitágoras, Heráclito, Demócrito e Anaximandro.

Já na metade do século V a.C. teve início uma nova corrente filosófica, a dos filósofos chamados **sofistas**. Os sofistas passaram a tratar dos problemas da vida social e política. Os sofistas popularizaram a filosofia, discutindo, discutindo questões como a escravidão e a guerra. Segundo eles, não existem verdades absolutas, mas apenas verdades particulares válidas para cada situação. Entre eles destacou-se o filósofo Pitágoras, que afirmava que “o homem é a medida de todas as coisas”.

No século IV a.C. destacaram-se os filósofos **Sócrates** e **Platão**. O primeiro contrariou os sofistas, afirmando que havia verdades válidas universalmente, Sócrates foi condenado à morte pelas autoridades de Atenas, acusado de corromper a juventude e violar leis e preceitos religiosos. Seus discípulos, entre eles, Platão, é que foram responsáveis pela difusão de suas ideias.

Platão fundou a Academia de Atenas para ensinar seus discípulos e deixou suas ideias em livros como O Banquete e A República. Defendia o idealismo, corrente segundo a qual as ideias possuem existência própria, são eternas e imutáveis. O mundo material é uma manifestação imperfeita destas ideias universais.

**Aristóteles** foi ex-aluno de Platão, que fundou o Liceu, em Atenas. Ele iniciou, em Atenas. Ele iniciou o estudo sistemático da lógica e abordou quase todos os ramos do conhecimento. Uma de suas obras mais conhecidas é A Política, onde analisa as diferentes formas de governo. Das análises de Platão se originaram conceitos até hoje utilizados como democracia, oligarquia, aristocracia, demagogia, entre outros.

Uma das maiores contribuições da cultura grega para a civilização ocidental é a origem do racionalismo. Com a ideia de democracia, surgida em Atenas, as leis deixaram de ser consideradas obras de deuses ou de governantes divinos, e passaram a ser vistas como algo criado pelos homens e, portanto, pela razão humana. Além da política, também os fenômenos naturais, sobre os quais poderia haver explicações racionais.

## A história

Todos os povos sempre tiveram necessidade de explicar suas origens. Estas explicações eram normalmente fornecidas pelos mitos, que descreviam acontecimentos extraordinários. Com os antigos gregos, porém, é que surgiu a ideia de **história** como um **estudo do passado**, que explica a realidade através de um relato dos acontecimentos.

O escritor grego **Heródoto** (484 a.C. - 425 a.C.) é considerado o “pai da história”. Ele viajou pelo Egito e pelo império persa, entre outras regiões, através das informações que coletou escreveu o livro chamado *História*, onde narra episódios das guerras entre gregos e persas.

Outro historiador grego foi **Tucídides** (460 a.C. - 400 a.C.), que escreveu a *História da Guerra do Peloponeso*, tendo a preocupação de narrar os acontecimentos sem se deixar influenciar por explicações míticas ou por julgamentos de valor, mas apenas narrar os fatos tal como aconteceram.

## 4.2.ROMA ANTIGA

**A CIDADE DE ROMA EXISTE DESDE APROXIMADAMENTE MIL A.C., EVOLUIU DE UM PEQUENO NÚCLEO URBANO FUNDADO ÀS MARGENS DO RIO TIBRE PARA SER A CAPITAL DE UM VASTO IMPÉRIO. O POVO ROMANO ORIGINOU-SE DOS POVOS ETRUSCOS, SABINOS E LATINOS.**



Quatro **classes sociais** formavam a sociedade romana:

- **Patrícios:** Formavam a aristocracia, descendentes dos fundadores de Roma, e eram os grandes proprietários de terras. Detinham inicialmente os direitos políticos e os cargos públicos.
- **Plebeus:** Homens livres, eram pequenos agricultores, comerciantes e artesãos. A princípio não possuíam direitos políticos, por lei não podiam se casar com patrícios.
- **Clientes:** Serviam aos patrícios em troca de proteção e privilégios.
- **Escravos:** Chegaram a ser a maior parte da população de Roma. Tornavam-se escravos os prisioneiros de guerras vencidas nas conquistas e os indivíduos sem condições de pagar dívidas.

A antiguidade Romana se divide em três períodos denominados de acordo com a forma de governo: a Monarquia, a República e o Império.

### **A Monarquia (753 a.C. - 509 a.C.)**

Na fase Monárquica o poder era exercido por um Rei que acumulava funções de juiz supremo, líder religioso, e chefe militar. Os primeiros reis eram de diferentes povos, como latinos, sabinos e etruscos que terminaram por dominar Roma, exercendo a hegemonia sobre os demais povos da região.

### **A República (509 a.C. –27 a.C.)**

No ano 509 a.C. os patrícios destronaram o rei Tarquínio, para evitar medidas favoráveis aos plebeus. O poder deixou de ser vitalício e o governo passou a ser exercido pelos Cônsules e pelo Senado. Inicialmente os cargos públicos continuaram sendo exclusividade dos patrícios, mas a constante disputa entre patrícios e plebeus se refletiu em mudanças ao longo deste período. Neste período consolidou-se a ideia de **bempúblico**, onde as questões do Estado, deveriam ser vistas como de interesse público, e não vinculadas a interesses privados (apalavra *república*, origina-se da expressão *res publica*, ou “*coisa pública*”).

O período da República se caracterizou pelo fortalecimento dos latifúndios e da economia escravista, causando o empobrecimento dos pequenos produtores rurais e da plebe, e o aumento das desigualdades sociais.

Entre os séculos V e III a.C. os romanos haviam dominado toda a península itálica. Entre 264 e 146 a.C. Roma lutou nas Guerras Púnicas contra Cartago (situada no norte da África), pelo domínio do mar Mediterrâneo. Cartago foi destruída e seus domínios foram anexados ao território romano. Após dominar o Mediterrâneo, os romanos conquistaram grande parte da Europa ocidental, Macedônia, Grécia, Ásia Menor e Egito.

O comércio com outras regiões prosperou graças à expansão dos domínios romanos. Surgiram os Cavaleiros, uma nova classe social, formada por aqueles que enriqueceram nos negócios propiciados pelas guerras. Com as conquistas, o número de escravos em Roma aumentou drasticamente e a mão de obra escravizada tornou-se a principal força de trabalho. A produção rural foi monopolizada pelos latifúndios pertencentes aos patrícios, que utilizavam muitos escravos. Com as conquistas, os patrícios podiam obter grandes quantidades de terras e de escravos a preços baixos, e assim, podiam aumentar a produção com custos mínimos. Os pequenos proprietários rurais, que ficavam excluídos destas vantagens, não conseguiam concorrer com a produção dos latifúndios e terminavam por endividar-se e perder suas terras. Para eles, o fim costumava ser a migração para as cidades em busca de trabalho. Muitos terminavam por ingressar no exército, mas outros se tornavam escravos.

O aumento das desigualdades sociais, levou os plebeus a se tornarem politicamente mais ativos, formando um grupo de oposição aos patrícios. Entre os direitos conquistados pelos plebeus estava o direito de eleger os “**tribunos de plebe**”. Os mais notórios tribunos da plebe foram os irmãos Graco. Em 133 a.C.



Tibério Graco foi eleito tribuno da plebe, e propôs uma **lei agrária** segundo a qual nenhum cidadão romano poderia possuir mais de 125 hectares de terras. O excedente seria confiscado pelo Estado e distribuído entre os mais pobres. Esta **reforma agrária** seria a forma de acabar com o êxodo rural e com o empobrecimento e escravização dos plebeus, causados pelo domínio dos latifúndios. Tibério foi assassinado em 129 a.C. Seu irmão, Caio Graco, também eleito tribuno, retornou as tentativas de reformas sociais, propôs estender a cidadania romana aos demais povos da península itálica e fez baixar o preço do trigo. Também foi assassinado.

As conquistas trouxeram transformações culturais na sociedade romana devido ao contato com cultura e religiões diferentes dos povos conquistados. Estes povos muitos escravizados tinham certa liberdade para suas práticas religiosas, maneira que esses deuses e cultos gradativamente são adotados pela população romana.

### **Os triunviratos**

Com as conquistas e rebeliões o exército tornou-se a instituição mais importante dos romanos. Seus generais passaram a ter destaque e grande influência e passaram a interferir na vida política e a lutar pelo poder. Surgiram assim os **triumviratos**, formados por três líderes.

**Primeiro triunvirato.** Foi formado pelos generais Júlio César, Crasso e Pompeu. Júlio César voltou-se contra os outros dois, derrotando-os e assumindo o poder sozinho. Proclamado "ditador perpétuo", reduziu o poder do Senado, promoveu a construção de obras públicas, redistribuição de terras, a reorganização das finanças e a criação das colônias. Foi assassinado pelos senadores no ano 44 a.C.

**Segundo triunvirato.** Formado por Otávio, Marco Antônio e Lépido. Otávio derrotou Marco Antônio expulsando-o de Roma e afastou Lépido do poder. Governou sozinho, foi proclamado "Primeiro Cidadão" (*princeps*), "Divino" (*augustus*) e "supremo" (*imperator*). Foi o primeiro **Imperador** de Roma e passou a ser chamado de Augusto.

### **O Império Romano (27 a.C. -476)**

Otávio Augusto centralizou os poderes civil, religioso e militar, e governou até sua morte no ano 14. Com ele teve início a tradição romana de adorar o imperador como um novo Deus. Durante a fase do império a sociedade Romana foi do apogeu à sua decadência. Este período se divide em duas partes, o Alto Império e o Baixo Império.

#### Alto Império (27 a.C.-235)

Durante esta fase predominaram a estabilidade e uma relativa paz nas províncias chamada de "**pax romana**", um período de prosperidade garantida pelas vitórias e conquistas do exército. Neste período quatro dinastias estiveram no poder: a Júlio-Claudiana, a dos Flávios, a dos Antoninos e a dos Severos.

#### Baixo Império (235-476)

**Período em que ocorreu uma série de crises políticas e econômicas, e de colapso no sistema escravista e na proteção das fronteiras**, que culminou com a desagregação do Império. Também é o período da difusão do cristianismo pelo Império Romano.

Ocorreram muitas disputas pelo poder político, e não havia consenso dos critérios para sucessão do trono. Os generais mais poderosos lutavam pelo poder, tentando ocupar o posto de Imperador. Com o fim da expansão do Império, os romanos perderam sua principal fonte de escravos, terras e riquezas.

Na economia, a redução na oferta de escravos faz o preço desta "mercadoria" subir, aumentando os custos da produção agrícola, visto que a agricultura era baseada no trabalho escravo. O resultado foi uma queda na produção e o aumento nos preços dos produtos agrícolas, causando o enfraquecimento do comércio e uma grave crise econômica.



A crise da economia urbana (comércio e produção artesanal) e o constante risco de invasões fizeram com que a população passasse a abandonar as cidades, buscando proteção e trabalho no campo. As grandes cidades se esvaziaram e muitas desapareceram.

Tornou-se impossível sustentar um grande exército e as fronteiras do Império ficaram desprotegidas. O território do Império sofreu diversas **invasões** de povos chamados **bárbaros** (romanos e gregos chamavam bárbaros aqueles que não compartilhavam da mesma língua ou cultura), principalmente os de origem germânica. As invasões causaram a fragmentação do Império, dando início ao surgimento de diversos reinos.

Neste período há uma rápida difusão do cristianismo. Os cristãos pregavam valores contrários à sociedade romana. Eram contra a escravidão, não aceitavam a divisão de classes da sociedade romana e negavam o caráter divino do imperador. Por isso, inicialmente era uma religião perseguida e marginalizada na sociedade romana. Entretanto, na fase final do Império Romano, o cristianismo se espalhou e ganhou popularidade, principalmente entre as classes mais baixas, e mais tarde na própria nobreza.

Na tentativa de salvar o império da desagregação, **alguns imperadores executaram reformas administrativas**. Entre estas reformas estava o reconhecimento do cristianismo e a sua oficialização como religião.

**Imperador Constantino**. Com Édito de Milão (decreto), o Imperador Constantino **legalizou o cristianismo e transferiu a capital do império para Bizâncio** (antiga colônia grega na atual Turquia), que passou a ser chamada Constantinopla.

**Imperador Teodósio**. **Instituiu o cristianismo como religião oficial do Império**. Dividiu o império em duas partes: **o Império Romano do Ocidente** (cuja capital ficava em Roma) e **o Império Romano do Oriente** (com capital em Constantinopla).

Estas reformas não foram suficientes para salvar o Império Romano. Com o colapso econômico e as invasões bárbaras, o império se fragmentou em uma série de reinos.

A cidade de Roma foi invadida no ano 476. Esta data marca o fim do Império Romano do Ocidente e o fim da História Antiga. O Império Romano do Oriente se manteve até 1453, sendo chamado de Império Bizantino.

## A CULTURA ROMANA

### A influência grega na cultura romana

A influência grega foi muito grande em vários aspectos da cultura romana.

O poeta romano **Horácio** afirmou que a “**Grécia cativou seu rude conquistador**”, referindo-se, ao fato de que, embora os romanos fossem os conquistadores que dominaram a Grécia, a cultura grega é que serviu de modelo para os romanos, sendo fonte de inspiração. Esta influência é facilmente visível nas artes, por exemplo. Na literatura, os romanos desenvolveram as formas literárias criadas pelos gregos. Na arquitetura, na escultura, na pintura a inspiração também é da Grécia.

### O direito romano

O direito foi uma das mais importantes contribuições da antiga civilização romana para o mundo ocidental, até hoje sendo citado como fundamento dos modernos códigos jurídicos. Todas as civilizações antigas tiveram códigos de leis, mas os romanos foram os primeiros a aprofundar o direito como uma área de estudos, discutindo a natureza das leis.

O direito romano era dividido em três partes: Direito Civil (*Jus Civile*), aplicado aos cidadãos romanos, o Direito das Gentes (*Jus Gentium*), que se aplicava aos romanos e aos povos das províncias conquistadas, e o Direito Natural (*Jus Naturale*), que tratava dos direitos que todo ser humano possuía.



## **A religião**

Os romanos eram politeístas. Não havia rígidas doutrinas ou dogmas a seguir. Acreditavam que os deuses davam proteção se os mortais lhes fizessem as devidas oferendas. Inicialmente seus deuses não tinham a forma humana, mas após travarem contato com a civilização grega os romanos deram-lhes forma humana e personalidades próprias. Assim, o Olimpo grego deu origem ao Panteão romano. Por exemplo, Júpiter era equivalente a Zeus, Vênus tinha as características de Afrodite e Diana as de Artemis. Com o avanço das suas conquistas, também passaram a adotar outros deuses estrangeiros, como Isis e Osiris, do Egito, e Mitra, da Pérsia.

## **O cristianismo**

Por volta do ano 50 o cristianismo passou a ser difundido em Roma. Esta nova religião ganhou adeptos principalmente entre os grupos sociais mais pobres. Inicialmente o cristianismo foi perseguido pelas autoridades romanas, pois os cristãos recusavam-se a admitir o caráter divino do imperador. Os cristãos também evitavam o serviço militar, eram contra a escravidão e desprezavam o sistema de classes romano. Além disso, o fato de serem monoteístas contrariava a religiosidade tradicional romana.

Apesar de ser duramente perseguido, o cristianismo continuou ganhando adeptos, até se tornar a religião dominante. Aos poucos se organizou como uma igreja com um conjunto de doutrinas definido, que adotou o nome de **Católica**, palavra que significa “universal”. O Imperador Constantino, no ano 313, concedeu liberdade religiosa aos cristãos, através do Édito de Milão. Em 325 os representantes cristãos se reuniram no Concílio de Trento para definir o conjunto de preceitos que a igreja deveria seguir, e todas as opiniões divergentes passaram a ser combatidas. Finalmente, no ano 391, o imperador Teodósio instituiu o catolicismo como religião oficial do Império Romano, e o culto aos antigos deuses romanos passou a ser proibido.

## **5.A IDADE MÉDIA**

### **A Alta Idade Média**

#### **A formação do feudalismo**

Os diversos povos bárbaros que migravam para o território do Império Romano do Ocidente terminaram por formar diversos reinos, como o reino dos visigodos (situado na Península Ibérica), o reino dos ostrogodos (na Península Itálica), o reino dos vândalos (no norte da África), o reino dos suevos (a oeste da Península Ibérica), o reino dos burgúndios, o reino dos anglo-saxões (na região da Bretanha), e o reino dos francos (na região da Gália, que corresponde aproximadamente à atual França).

Destes diversos reinos, o mais forte e duradouro foi o **reino Franco**. Durante certo tempo foi tão grande que muitos acreditavam que os reis francos restabeleceriam o Império Romano.

A primeira dinastia do reino Franco foi a dos Merovíngios. Este nome é derivado de Meroveu, um dos reis francos. O neto de Meroveu, o rei Clóvis, conquistou a Gália e unificou vários povos bárbaros, dominando um grande território. Após se converter ao cristianismo, Clóvis conquistou o apoio da Igreja Católica, expandindo ainda mais seu reino. A partir do século VII ocorreu, no reino franco, um retorno da centralização do poder monárquico e da ordem imperial, com a formação do Império Carolíngio.

A dinastia carolíngia teve início como o governante Pepino, o Breve, que foi sucedido por seu filho Carlos Magno. No natal do ano 800, Carlos Magno foi coroado pelo papa Leão III como Imperador. Esse gesto simbolizava o reconhecimento, por parte da igreja, de um novo império do ocidente. O Império Carolíngio foi dividido em **condados** (territórios do interior, governados por **condes**), **ducados** (territórios de fronteiras, governados por **duques**), e **marcas** (territórios estratégicos, governados por **marqueses**).



Após a morte de Carlos Magno, a unidade do império se fragmentou. No ano 843 foi assinado o Tratado de Verdum, que dividia o Império Carolíngio em três partes, a França Ocidental (governada por Carlos, o Calvo), a França Oriental (governada por Luís, Germânico), e uma faixa de terras entre o mar do Norte e o centro da Itália (governado por Lotário).

### O feudalismo

O **Modo de Produção Feudal** foi a forma de organização predominante na Europa ocidental durante a Idade Média, no qual **as relações sociais de produção estavam baseadas na servidão e o objetivo fundamental da produção era o valor de uso** (ou seja, a produção tinha por objetivo suprir as necessidades básicas, e não gerar acúmulo de lucro).

O termo feudalismo designa *“um regime socioeconômico no qual os indivíduos subordinam-se mutuamente em laços de dependência pessoal. O conjunto dessas relações repousa na exploração da terra por intermédio do domínio do proprietário sobre o camponês”* (Azevedo).

O historiador Charles Parain destaca **três características gerais da sociedade feudal**:

- *“1º As relações de produção desenvolvem-se em torno da terra, porque repousam sobre uma economia predominantemente agrícola.”*
- *“2º Os trabalhadores têm direitos de usufruto e de ocupação da terra, mas a propriedade desta pertence a uma hierarquia de senhores que não possuem a disposição absoluta do solo, embora tenham o direito de arrecadar taxas fixadas pelos costumes sobre o produto ou sobre as terras de seus inferiores.”*
- *“3º A esta base econômica corresponde toda a rede de vínculos pessoais: uma parte dos trabalhadores – a maioria nas épocas de desenvolvimento típico – não goza de uma completa liberdade pessoal; não há “escravidão” (propriedade da pessoa), mas “servidão” (vínculo do camponês com o seu amo – homo proprius – e mais tarde com sua exploração – adscribusglebae); mas entre esses mesmos senhores, o sistema de propriedade está vinculado a um sistema de deveres (sobretudo militares) para com a pessoa do superior.”* (Pinsky)

O **feudalismo** originou-se a partir da combinação de elementos oriundos da organização social romana, e de elementos trazidos pelos invasores bárbaros, principalmente os germanos. Entre os elementos romanos estão o **colonato**, o compromisso pelo qual os colonos tinham a obrigação de entregar ao proprietário da terra uma parte de sua própria colheita e de trabalhar gratuitamente nas plantações senhoriais, e a **fragmentação do poder político**, ocorrida no final do período do império romano. Já entre as influências germânicas estão a tradição de uma **economia agropastoril**, que não tinha como objetivo produzir excedentes, o **comitatus**, uma instituição social que estabelecia laços de lealdade entre o líder militar e seus guerreiros, e o **beneficium**, o hábito de conceder terras como pagamento pelos serviços militares.

Com a desagregação do Império Romano, ocorreu um acelerado processo de ruralização, provocado pelo enfraquecimento do comércio e pelas invasões bárbaras e ataques dos árabes. Havia cada vez menos atividades econômicas no meio urbano, e ao mesmo tempo as cidades eram alvo de frequentes ataques. Isso levou grande parte da população a procurar refúgio no campo pedindo proteção aos grandes proprietários rurais que ganhavam cada vez mais poder.

Em troca do direito de se estabelecer nas terras do senhor e ter sua proteção, os trabalhadores ficavam obrigados a trabalhar nesta propriedade. Ao mesmo tempo, os pequenos proprietários, na busca de proteção, entregavam aos grandes as suas terras. Estas grandes propriedades deram origem aos **feudos**. **O feudo era a unidade básica da sociedade feudal**. Ali se desenvolvia a vida econômica, social e política, e a terra era a principal riqueza. A economia feudal era de **subsistência**, ou seja, cada feudo produzia tudo aquilo que necessitava. O **comércio era pouco desenvolvido**, normalmente envolvia a troca de um produto por outro, havendo assim **pouco uso de moeda**.



As terras que pertenciam ao feudo eram divididas em três tipos de uso:

- A **reserva senhorial**, ou **manso senhorial** era a plantação que pertencia exclusivamente ao senhor feudal. Normalmente situava-se nas terras mais férteis do feudo. Era cultivada pelos camponeses.

- A **reserva servil**, ou **manso servil**, era a plantação onde os servos retiravam seu sustento. Uma parte da produção obtida neste lote era utilizada no sustento dos camponeses e de suas famílias, outra parte era entregue ao senhor feudal.

- As **terras comuns**, incluíam bosques, pântanos e pastos. Podiam ser utilizados pelos camponeses para alimentar seus animais, cortar lenha ou colher frutos. A caça, porém, era um direito exclusivo do senhor feudal. A sociedade feudal era estamental, ou seja, era uma sociedade onde não existia mobilidade social. A posição do indivíduo no sistema de classes era determinada desde o seu nascimento. Uma exceção era o clero, mas cabe ressaltar aqui que o alto clero estava intimamente ligado à nobreza. Segundo um autor da época, a sociedade era dividida em três grandes grupos sociais, onde cada um cumpria uma função. “Alguns rezam, outros lutam e outros trabalham. As três ordens vivem juntas e não podem ser separadas. Os serviços de cada uma dessas ordens permitem os trabalhos das outras duas e cada uma por sua vez, presta apoio às demais.” (Pinsky)

As principais **classessociais** eram:

- O **clero**. A igreja era a instituição mais forte na Europa medieval, e os membros da Igreja formavam a classe social mais importante. O clero dividia-se ainda em alto clero e baixo clero. No alto clero encontravam-se os postos mais altos da hierarquia eclesiástica, como bispos, arcebispos, cardeais e o papa. Estes postos eram normalmente ocupados por membros da nobreza. No baixo clero estavam os padres.

- A **nobreza**, os nobres, senhores feudais (aqueles que detinham a posse dos feudos), estavam logo abaixo do Clero na hierarquia social. Eram líderes guerreiros, com seus próprios exércitos. Possuíam grandes poderes sobre as terras e sobre os trabalhadores que nela viviam. Apropriavam-se da produção, cobravam os impostos, cunhavam moedas e eram responsáveis pela justiça.

- Os **servos**, eram os trabalhadores rurais explorados em um regime de servidão. Diferentemente dos escravos (que na Idade Média eram poucos, apenas em algumas regiões), os servos não eram considerados propriedade do senhor feudal, mas estavam presos à terra. Não podiam abandonar o feudo em que nasciam. Trabalhavam para o senhor feudal pelas obrigações que deviam a este, pelas leis ou pela tradição. Entre os camponeses havia também, em menor número, os vilões. Estes eram trabalhadores livres, que tinham obrigações definidas em acordos. Muitos deles eram pequenos proprietários rurais que entregavam suas terras ao senhor feudal em troca de proteção.

### As relações políticas e de vassalagem

No sistema feudal, **os reis não possuíam um poder político muito forte**. Os reinos estavam fragmentados em feudos, e **os senhores feudais possuíam muito poder e autonomia para administrar seus territórios**. Estes nobres eram responsáveis pela cobrança dos impostos, pela cunhagem da moeda, pela aplicação da justiça, e pela manutenção da ordem, e desta forma possuíam liberdade para criar leis, determinar tributos e taxas e formar exércitos particulares. Não havia, portanto, uma centralização do poder político. Na falta de uma unidade política, **os senhores feudais criavam ligações entre si através dos laços de vassalagem e suserania**. Quando um nobre procurava outro, colocando-se sob sua proteção, tornava-se seu **vassalo**, e passava a lhe dever uma série de obrigações. O senhor feudal mais forte, que lhe oferecia proteção, passava a ser seu **suserano**. Este pacto era selado com um ritual onde o vassalo fazia um juramento de fidelidade, e o suserano lhe doava um feudo, na forma de um castelo, vila, ou mesmo um título de nobreza.





O mesmo senhor feudal poderia ser um vassalo de outro mais forte, ao mesmo tempo em que era o suserano de um nobre mais fraco. Desta forma, a nobreza feudal estabelecia uma rede de alianças que ligava os senhores entre si.

Dentre as obrigações que os vassallos deviam ao suserano, as mais importantes eram o serviço militar, a ajuda financeira, o auxílio judiciário, a hospedagem, o resgate (caso o suserano caísse prisioneiro em uma batalha), e a contribuição para armar cavaleiro o filho primogênito do suserano. Formalmente, o rei era o suserano de todos os nobres de seu reino. Assim, o poder do rei estava diretamente ligado ao número de vassallos que possuía, e ao poder deste. No topo da hierarquia estava o rei, e abaixo dele estavam os demais senhores feudais, com títulos de duques, marqueses, condes, viscondes e barões.

### A servidão

No sistema feudal, o trabalhador devia trabalhar para atender a obrigações impostas pelo senhor feudal, de acordo com as leis ou tradições. Algumas dessas obrigações eram:

- **Corvéia:** obrigação de trabalhar três ou quatro dias por semana na reserva senhorial.
- **Talha:** obrigação de entregar ao senhor parte da produção obtida na reserva servil.
- **Capitação:** tributo pago por todos os membros da família do servo.
- **Censo:** tributo pago pelos vilões, pelo direito de utilizar a terra.
- **Banalidades:** pagamento pelo uso de equipamentos e instalações do feudo, como celeiros, fornos, moinhos, etc.
- **Taxas de justiça:** taxas pagas pelos servos e vilões.
- **Taxa da mão morta:** taxa paga ao senhor feudal pelos familiares de um servo após a sua morte.
- **Dízimo:** imposto pago à igreja.
- **Gabela:** imposto sobre o sal.

Embora formalmente os trabalhadores não fossem considerados propriedade de seus senhores, os nobres tinham uma série de direitos sobre os seus servos. No caso de casamento de um casal de servos, por exemplo, o camponês devia pedir permissão ao senhor feudal. Por tradição, o senhor tinha o direito de passar a primeira noite com a noiva. Quando a esposa do senhor feudal tinha um filho, o senhor podia obrigar uma serva a servir de ama-de-leite, mesmo que isso implicasse no risco de morte do filho da camponesa, por desnutrição. A hospitalidade era obrigação que o servo tinha de hospedar o senhor, quando este estivesse de passagem. Era também comum os senhores feudais submeterem seus servos a prisão e maus tratos, e cobrar-lhes por faltas cometidas.

### A Igreja

Na sociedade feudal a **Igreja Católica detinha o monopólio da fé e do conhecimento**, e mantinha um rígido controle sobre os livros, determinando as ideias que poderiam ser divulgadas. Sua pregação **justificava as relações sociais existentes**, tanto entre os senhores feudais quanto entre os senhores e servos. A posição social do homem era explicada como sendo resultado da vontade divina e não havia possibilidade de transformação social.

Em 1231 foi criado o **Tribunal do Santo Ofício**, também conhecido como **Inquisição**, um tribunal da própria igreja, cuja função era combater as heresias (divergências em assuntos religiosos ou atos que fossem considerados crimes contra a fé). A inquisição tinha autoridade para prender, interrogar, torturar e estabelecer punições (inclusive com a pena de morte) a todos os que fossem considerados uma ameaça à fé católica, seja por defender ideias diferentes das que a Igreja pregava, seja pela suspeita de bruxaria ou de outros comportamentos considerados crimes contra a fé. Também a **educação** era controlada pela Igreja Católica. A educação básica era oferecida nos mosteiros (onde estudavam os futuros monges) e nas catedrais (onde estudavam os jovens da nobreza).



As primeiras **universidades** foram criadas pela Igreja, em Paris, Oxford, Salerno, Roma, Coimbra e outras cidades. Nestas, as aulas eram ministradas em latim (a língua oficial da Igreja), e estudava-se teologia, direito, medicina, letras e ciências.

A Igreja Católica também era proprietária de grandes extensões de terras. Os membros do clero, portanto eram também uma forma de senhores feudais, reproduzindo as relações sociais de servidão na exploração dos trabalhadores. Ao mesmo tempo a busca do lucro, a ganância, a avareza, e a usura (empréstimo de dinheiro com cobrança de juros) eram combatidas, pois eram comportamentos considerados pecaminosos.

### **O Islã**

Na Alta Idade Média os árabes, povo de origem semita, eram politeístas e não possuíam uma unidade política. As tribos que viviam no litoral eram sedentárias e vivam da agricultura, e as tribos do deserto, os beduínos, eram nômades, dedicando-se à criação de rebanhos de animais de pequeno porte. Cada tribo possuía suas divindades, mas todas cultuavam a pedra negra, que se encontrava na Caaba, um santuário situado na cidade de Meca. Meca era uma importante cidade, pois situava-se numa encruzilhada de rotas comerciais que ligavam o Egito, a Síria, a Mesopotâmia e o Iêmen.

Foi em Meca que nasceu **Maomé**, possivelmente por volta do ano 570. A tradição conta que, em 610, Maomé retirou-se para as montanhas a fim de mediar e viver como eremita. Ao retornar passou a pregar a existência de um único deus, Alá, e a prática do **Islã** (submissão a deus). Inicialmente os mercadores de Meca reagiram contra a pregação de Maomé, que foi obrigado a fugir com sua família e seus seguidores para a cidade de Yatrib (mais tarde conhecida como Medina). A fuga de Maomé é chamada de **Hégira**, e marca o início do calendário muçulmano (islâmico). Em Medina, Maomé prosseguiu sua pregação, e tornou-se o líder guerreiro e espiritual de um grande número de seguidores. No ano 630 os seguidores de Maomé promoveram uma guerra santa contra Meca, e dois anos mais tarde Maomé liderou uma grande peregrinação a esta cidade. Neste momento grande parte da península arábica já estava convertida ao islã.

Os árabes expandiram seus domínios, conquistando a Síria, a Palestina, a Pérsia, o Egito, e a ilha de Chipre, e assim dominando todo o norte da África e o Oriente Médio. Em 711 os árabes atravessaram o estreito de Gibraltar, que separa a Europa da África, e dominaram grande parte da península Ibérica (onde mais tarde surgiram os Estados de Portugal e da Espanha).

O Islã é uma religião monoteísta, com forte influência da tradição judaico-cristã. O principal livro sagrado é o **Corão** (ou Alcorão), escrito pelos discípulos de Maomé e fundamentado em seus ensinamentos. O Islã não separa o Estado da religião, e os líderes espirituais e políticos são os califas.

Após a morte de Maomé o Islã dividiu-se em facções com interpretações diferentes. As mais importantes são os **sunitas**, que aceitam além do Alcorão a Suna, livro que narra as ações e ideias de Maomé, e acreditam que os califas devem ser escolhidos pelos muçulmanos, e os **xiitas**, que aceitam apenas o Alcorão como seu livro sagrado, e defendem que os califas devem ser descendentes de Maomé.

### **O Império Bizantino e o Cisma do Oriente**

No seu último século de existência, o Império Romano foi dividido em duas partes, o Império Romano do Ocidente, cuja capital era Roma, e o Império Romano do Oriente, cuja capital era Constantinopla. Com as invasões bárbaras, o império ocidental extinguiu-se, porém o império oriental resistiu, sobrevivendo durante toda a Idade Média, até a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453. Constantinopla originalmente chamava-se Bizâncio, e esse império ficou conhecido como **Império Bizantino**. Atualmente esta cidade chama-se Istambul e situa-se na Turquia.

Constantinopla situava-se em uma posição estratégica, na ligação entre o mar Mediterrâneo e o mar negro, no limite que separa a Europa da Ásia.



Esta situação geográfica favoreceu a integração de elementos ocidentais e orientais na cultura bizantina. Como influência ocidental, podemos citar a língua grega, a centralização administrativa e a religião cristã. Ao mesmo tempo a influência oriental manifestou-se na forte interferência do Estado na economia, na subordinação da Igreja ao Estado, e no aparecimento de muitas heresias. A situação geográfica estratégica também contribuiu para tornar Constantinopla um importante entreposto comercial, para onde convergiam as rotas comerciais que ligavam a Europa ocidental ao oriente. Por Constantinopla passavam os carregamentos de especiarias (como pimenta, cravo, canela, açúcar, gengibre), e produtos de luxo trazidos da Ásia e vendidos aos comerciantes europeus, que por sua vez revendiam estas mercadorias na Europa. A economia era marcada por uma forte interferência do Estado, que regulava o comércio e o artesanato, cobrava pesados tributos, e tinha o monopólio da cunhagem de moedas.

O mais importante imperador bizantino foi Justiniano (527 a 565). Seu governo foi marcado pela expansão do império, que atingiu o norte da África e regiões da península Ibérica e da península Itálica, e pela tentativa de restaurar a unidade do antigo Império Romano. Justiniano também ordenou a revisão e a codificação do direito romano, a construção da igreja de Santa Sofia (a mais importante obra representante da arquitetura bizantina), e a conversão dos pagãos ao cristianismo. Neste reinado ocorreu a Revolta da Nika, em que grande parte da população de Constantinopla protestou contra os pesados tributos a que era submetida. A revolta foi esmagada em 532.

Embora a única igreja existente fosse a Católica, a influência de elementos culturais orientais e gregos acabou dando origem a diversas divergências teológicas, consideradas como heresias pela Igreja. As duas heresias mais importantes foram a **monofisista** (crença que Cristo possuía apenas uma natureza divina, e não uma natureza dupla, divina e humana), e a **iconoclasta** (que era contra o uso de imagens, seus integrantes destruíam as imagens de santos das igrejas). O surgimento de divergências entre os cristãos de Constantinopla e os papas de Roma levou ao **Cisma do Oriente**, a separação do cristianismo em duas igrejas. A partir de 1054 passaram a existir duas igrejas, a Igreja Católica Apostólica Romana, cuja sede fica em Roma, e é chefiada pelo papa, e a **Igreja Ortodoxa**, com sede em Constantinopla, e é chefiada por um patriarca.

## A Baixa Idade Média

### As cruzadas

Os turcos seldjúcidas ocuparam a região da Palestina, dominando a chamada “**Terra Santa**”, região onde se situavam os lugares sagrados do cristianismo e do judaísmo. A Igreja então convocou os nobres a formar expedições militares para expulsar os muçulmanos da região. Houve várias expedições, conhecidas como **ascruzadas**. As principais foram oito.

Além de libertar a região para os peregrinos cristãos, vários outros fatores e interesses se somaram para a realização das cruzadas. No século XI a Europa sofreu um grande aumento populacional, que não foi acompanhado por um aumento da produção de alimentos. Grande parte da população encontrava-se em uma situação extrema de miséria e fome, ingressando nas cruzadas como uma forma de buscar oportunidades. Por outro lado, muitos nobres que não possuíam feudos viam nas cruzadas a oportunidade de conquistar terras nas guerras. Os grandes comerciantes, por sua vez, viam nas cruzadas a oportunidade de estabelecer rotas comerciais para o oriente. Os comerciantes de cidades italianas (Veneza, Gênova, Pisa), principalmente, apoiaram e financiaram as cruzadas, interessados em conquistar a hegemonia do comércio no mar Mediterrâneo.

As cruzadas causaram a morte de milhares de pessoas, cristãos e muçulmanos, tanto nos combates como por fome e doenças. Após as cruzadas, o comércio entre o Oriente e a Europa se intensificou. Os comerciantes italianos estabeleceram o domínio sobre as rotas comerciais do Mediterrâneo e passaram a trazer grandes quantidades de especiarias e produtos de luxo da Ásia para o mercado europeu, acumulando grandes riquezas.



### **O renascimento comercial, urbano e cultural**

No final das cruzadas, uma série de avanços técnicos surgidos na Europa possibilitou um grande **aumento na produtividade agrícola** ao mesmo tempo em que um **aumento populacional** causava um aumento no consumo. Havia um maior número de trabalhadores rurais. Surgiram os **arroteamentos**, ou seja, a utilização de terra menos férteis, como áreas pantanosas, florestas, pastagens. Além disso, também ocorreu o desenvolvimento de **inovações tecnológicas**, como a charrua (tipo de arado de metal que permitia revolver o solo de maneira mais eficaz), o peitoral (tipo de arreios para atrelar o cavalo), a ferradura (que protegia o casco do cavalo, dando-lhe mais resistência), o moinho de água (que transforma energia hidráulica em mecânica, acionando equipamentos para moer grãos), que tornaram possível aumentar a produção de alimentos.

Com isto, a produção excedente passou a ser colocada à venda nos mercados locais, provocando o **crescimento do comércio** e um **aumento na circulação de moeda**. As cidades localizadas em pontos estratégicos, como encruzilhadas de rotas comerciais, desenvolveram-se graças ao crescimento do comércio. As cidades medievais, protegidas por fortificações, eram chamadas **burgos**. Era nestas cidades que vivia a maior parte dos comerciantes e artesãos, que por isso eram chamados de **burgueses**. **Com o desenvolvimento do comércio, os lucros da burguesia passaram a crescer rapidamente e, com o tempo, esta classe se tornou a classe social economicamente mais forte.**

Para regular o exercício de sua profissão, os artesãos formaram associações chamadas **corporações de ofício**, ou guildas, que controlavam a qualidade da produção e os preços que podiam ser cobrados. As corporações de ofício dos artesãos definiam quem poderia exercer a profissão, regulamentando o aprendizado, o exercício da profissão e a remuneração dos subalternos (aprendizes, oficiais e familiares). A **oficina** (unidade de produção) pertencia a um mestre-artesão, dono da matéria-prima e das ferramentas de trabalho. Para tornar-se um mestre artesão, e abrir sua própria oficina, o artesão deveria começar como aprendiz, chegar a oficial, e obter uma autorização da corporação de ofício da cidade. Este desenvolvimento do artesanato serviu para incentivar ainda mais o comércio, aumentando a circulação de moeda.

**Como fortalecimento da economia urbana e da burguesia, as cidades passaram a ter mais autonomia com relação à nobreza feudal.** Isto acontecia porque a burguesia (a classe formada pelos comerciantes, banqueiros e artesãos) procurava pagar menos impostos aos senhores feudais, aumentando assim seus lucros, além de escapar do controle rígido destes nobres sobre suas atividades econômicas. Aos poucos, eles passaram a tomar conta da economia urbana, e tomar em suas mãos a administração da cidade. Surgiram assim as **comunas**, cidades independentes que elegiam um governo, encarregado da administração e da defesa. Na última fase da Idade Média, a burguesia das cidades comerciais passou a formar **ligas** ou **hansas**, corporações de mercadores que congregavam diversas cidades do norte da Europa, para defender seus interesses comerciais.

As mudanças econômicas se refletiam na cultura. Essa nova sociedade, onde o comércio se tornara uma atividade importante e gerava muitos lucros, e onde as transformações sociais ocorriam de forma acelerada, não se encaixava na mentalidade medieval onde a Igreja determinava a forma de pensar, o lucro era considerado pecaminoso, e o mundo era visto como algo imutável. A burguesia em ascensão passou a apoiar escritores, filósofos e artistas que difundiam uma nova forma de pensamento, livre dos dogmas da Igreja, centrada no ser humano, e que valorizava a razão (e não a fé) como forma de buscar a verdade. Este novo movimento cultural que se caracterizava pelo humanismo, pelo racionalismo e pelo individualismo ficou conhecido como **Renascimento**, e teve início ainda no último século da Idade Média, chegando ao seu auge na História Moderna. Por isso, será estudado de forma mais detalhada no próximo capítulo.



## A crise do século XIV

Os últimos séculos da Baixa Idade Média foram marcados por uma **série de crises**, que incluíram a escassez de alimentos, epidemias, revoltas sociais nos campos e nas cidades, e mudanças nas próprias relações de trabalho características do feudalismo.

Embora no século XIII os arroteamentos tenham permitido aumentar a produtividade agrícola, **a produção de alimentos não cresceu na mesma proporção que a população**. Além disso, as novas terras cultivadas não tinham grande produtividade, desgastando-se rapidamente, o que terminou por causar momentos de crise em que um grande número de pessoas morreu de fome, enquanto grande parte da população sobrevivia com desnutrição, sendo vitimada por doenças.

Entre 1347 e 1350 na Europa foi assolada por uma grande epidemia, a **Peste Negra**. Esta doença era transmitida pelas pulgas dos ratos, e foi trazida para a Europa por navios vindos do oriente. Calcula-se que um terço da população europeia tenha morrido em decorrência dessa epidemia.

No século XIV também ocorreram diversas revoltas populares, que foram duramente reprimidas. Entre as mais importantes estão a *Jaquerie* e a revolta do *Ciomp*.

Em 1358 ocorreu na França uma rebelião de camponeses (chamados de *jaques*), que se voltaram contra a nobreza, atacando várias cidades. Essa revolta foi chamada de *Jaquerie*. Calcula-se que na repressão foram mortos cerca de 20 mil camponeses. A revolta de *Ciomp*, ocorrida em 1378, na cidade de Florença, Itália, foi uma revolta urbana, onde os trabalhadores têxteis atacaram casas da burguesia e tomaram o Palácio da Senhoria (sede do governo). Além da forte repressão, a burguesia reagiu fechando seus estabelecimentos e causando uma onda de desemprego. Outras revoltas urbanas foram a *Revolta de Gand* (1381) e a *Revolta de Paris* (1382), onde os revoltosos tomaram as cidades, atacando a nobreza e os funcionários públicos, principalmente os responsáveis pela coleta dos impostos.

Estas revoltas eram causadas principalmente pela condição de miséria absoluta que resultava da exploração extrema do trabalho nos moldes do sistema feudal. Com o tempo, a burguesia defenderia o fim destas relações feudais que incluíam o trabalho gratuito (como a corveia) e outras obrigações servis. Estas obrigações foram então sendo substituídas pelo pagamento de rendas em produtos ou em dinheiro. Assim, um camponês só poderia permanecer nas terras de um senhor, tirando dali seu sustento, se pagasse uma determinada quantia ao senhor. Muitos camponeses foram expulsos das terras, migrando para as cidades em busca de emprego. Outros conseguiram ganhar certa renda, vendendo parte da produção no mercado, e puderam até mesmo contratar empregados pagando-lhes salários. **Com o tempo, o trabalho assalariado, característico das relações de produção capitalistas, passaria a se tornar mais frequente.**

## 6.HISTÓRIA MODERNA

### 6.1.O RENASCIMENTO CULTURAL

Texto adaptado a partir de: MARQUES, Adhemar Martins, BERUTI, Flávio Costa & FARIA, Ricardo de Moura - História: Os caminhos do homem. vol.3 - Ed. Lê- Minas Gerais -1995.

“Durante boa parte da Idade Média, na sociedade europeia, as pessoas estavam presas a um *status* da hierarquia social. Servo ou senhor, vassalo ou suserano, mestre ou aprendiz, a posição de cada pessoa inseria-se numa estrutura rígida, de cima para baixo. **Na Idade Moderna, os laços dessa estrutura de dependência e fidelidade romperam-se, abrindo espaço para que o indivíduo pudesse emergir.**”

Em contraposição à mentalidade cristã, os tempos modernos formularam um **modelo de homem**, caracterizados pela **ambição**, pelo **individualismo** e pela **competitividade**. Alguém disposto a empregar suas energias na análise e na transformação do mundo em que vivia.

#### Uma nova maneira de ver o mundo

O movimento intelectual e cultural que caracterizou a transição da mentalidade medieval para a mentalidade moderna ficou conhecido como **Renascimento**.



Esse termo originou-se da vontade de muitos artistas e intelectuais dos séculos XV e XVII de recuperar ou retomar a cultura antiga, greco-romana.

Foi a partir dos renascentistas que o período medieval passou a ser pejorativamente rotulado como a “Idade das Trevas”.

Este movimento teve início na Itália, que era o país mais progressista da Europa, e depois atingiu outras regiões europeias, como a França, Inglaterra, Estados alemães, Portugal e Países Baixos (atualmente, Holanda e Bélgica).

Suas **características** marcantes, de maneira global, podem ser assim resumidas:

• **Antropocentrismo e humanismo.** Ao contrário do pensamento medieval que era teocêntrico (a visão de mundo era centrada em Deus, e, portanto, valorizava apenas a vida espiritual), **o Renascimento é antropocêntrico, ou seja, considera o ser humano como o centro das preocupações.** Nas artes a figura humana passa a ser valorizada.

• **Racionalismo.** No lugar da explicação do mundo pela fé, era preciso compreender o mundo pela razão, desenvolvendo o racionalismo. Esta nova perspectiva permitiu **um maior desenvolvimento das ciências.** As ciências procuraram explicar o funcionamento do mundo, através de teorias racionais e não religiosas. Para isto, utilizaram o método da observação e da experimentação.

• **Individualismo.** Do aspecto coletivo e fraternal da cristandade, era preciso reconhecer e respeitar as diferenças individuais dos homens livres, valorizando o individualismo, diretamente associado ao espírito de competição e à concorrência comercial.

Especificamente nas artes, as principais características do Renascimento são:

- Preocupação com a perfeição, especialmente ao se retratar o ser humano. Para isso, os pintores e escultores valorizam os estudos de anatomia, aproximando-se da ciência.
- Utilização de elementos geométricos. Através da geometria, o pintor irá buscar efeitos, criando ideias de profundidade (perspectiva).
- A arquitetura procurou adaptar os modelos clássicos (greco-romano), mas aumentou o luxo na decoração.
- A pintura e a escultura ganharam independência em relação à arquitetura.
- A música ganhou caráter universal.
- A literatura se reveste de espírito crítico. Escrevia-se nas línguas nacionais, abandonando-se o latim.

Apesar das todas essas características novas, não se pode falar que o Renascimento tenha atingido todas as classes. Tratava-se de movimento de elite, que refletia o ponto de vista da burguesia em ascensão e da parcela mais esclarecida da nobreza. As classes mais humildes não foram atingidas por essas novas ideias.

## 6.2.OS ESTADOS NACIONAIS E O ABSOLUTISMO

### Os Estados Nacionais

Durante o feudalismo, o poder político era geralmente dividido entre os diversos senhores feudais. Não havia Estados com poder centralizado, sob o comando de um rei.

Nos séculos finais da Idade Média, uma série de fatores, ligados à crise do Feudalismo, concorrem para a **formação das monarquias nacionais e o fortalecimento da autoridade do rei.**

Entre esses fatores destacam-se: o desaparecimento gradual da servidão, as revoltas camponesas contra a exploração feudal, o desenvolvimento do comércio urbano, a produção agrícola voltada para o mercado e o enfraquecimento da nobreza local. Importantes setores da burguesia e até mesmo da nobreza contribuíram para o fortalecimento do poder do rei.



Por meio das **Monarquias Nacionais**, criaram-se os **Estados Centralizados** capazes de:

- Reprimir as revoltas camponesas e impedir as constantes guerras entre senhores feudais.
- Proteger a propriedade das terras e os privilégios da nobreza.
- Desenvolver o comércio através de medidas como: melhoria da segurança nas estradas, diminuição da quantidade de impostos, redução do grande número de moedas regionais, criar leis e procedimentos jurídicos de âmbito nacional.

Assim, para a burguesia e a nobreza progressista, um Estado com poder centralizado representava o caminho para a construção de sociedades prósperas, ordeiras e seguras. O poder dos monarcas se tornou forte quando surgiram os **Estados Nacionais**. Ao mesmo tempo estavam acontecendo outras transformações, como a Expansão Marítima, o Mercantilismo, a Reforma Religiosa e o Renascimento. Cada um desses fatos contribuiu para aumentar o poder real.

O **Estado Moderno** formou-se em oposição ao regionalismo político dos feudos e das comunas, e do universalismo religioso da Igreja Católica. Superando o regionalismo político e o universalismo religioso, o Estado Moderno estruturou-se sobre novas bases.

No lugar da suserania feudal, (firmada na relação senhor-vassalo), o Estado Moderno desenvolveu a noção de soberania pela qual o **soberano** (o governante) tinha direito de fazer valer suas decisões perante os **súditos** (os governados) que habitavam o território do Estado. A função básica do Estado Moderno foi a de conter as lutas sociais e promover o desenvolvimento econômico capitalista.

Em diversas regiões da Europa foram surgindo os Estados Nacionais. No século XIV Portugal tomou-se o primeiro Estado Nacional. Posteriormente, no século XV, esse processo ocorreu também na Espanha, mais tarde na França e na Inglaterra. Outros países como a Itália e Alemanha só realizaram a unificação nacional muito tempo depois (nas últimas décadas do séc. XIX).

O Estado Moderno desenvolveu importantes meios para garantir controle político nas mãos da monarquia. Dentre eles destacamos:

- **Unificação judiciária.** Somente o rei tinha o direito de fazer leis, que tinham aplicação em todo o território nacional.
- **Burocracia administrativa.** A burocracia centralizada tornava possível a centralização de tributos, a administração do território nacional, o controle sobre as finanças e a justiça.
- **Unificação da força militar.** Formação de um exército nacional profissionalizado e permanente, capaz de garantir pela força a autoridade do poder central e manter a ordem.
- **Sistema tributário unificado.** Sistema de tributos regulares e obrigatórios, necessários para sustentar as despesas do governo e patrocinar a administração pública.
- **Governo soberano.** Surgimento de relações de subordinação do indivíduo (súdito) ao Estado.
- **Sistema monetário.** Instituição de uma moeda única para todo o território nacional.
- **Idioma nacional.** Para fortalecer o sentimento de identidade nacional.

### O Absolutismo

Com a consolidação do Estado Moderno, os reis foram concentrando poderes em suas mãos. Passaram a comandar exércitos, decretar leis e arrecadar tributos. Essa concentração de poderes em torno do rei foi o **Absolutismo Monárquico**. Mas, afinal, por que os homens de uma sociedade deveriam permitir que todos os poderes do estado se concentrassem nas mãos do rei?

Vários pensadores procuraram responder a essa pergunta, formulando teses e justificativas para **legitimar o Absolutismo**. Entre essas teses destacam-se três:

- **Teoria do “Direito divino dos reis”.** Jacques Bossuet (1627-1704) e Jean Bodin (1530-1596). Esta teoria afirma que o rei era absoluto porque recebeu o seu poder diretamente de Deus. O poder era sagrado. Se um cidadão se revoltasse contra o rei, estaria, na realidade, revoltando-se contra Deus. *“Um rei, uma fé, uma lei”*.



- **Teoria Política. Nicolau Maquiavel (1469-1527).** Em sua obra “**O Príncipe**”, Maquiavel afirmava que não deve haver qualquer limitação de ordem moral às ações do governante. Todos os meios que o rei empregar, para manter sua vida, seu poder e seu controle sobre o Estado, são válidos. Ao atingir seus objetivos suas ações são legitimadas. “*Os fins justificam os meios*”.
- **Thomas Hobbes (1588-1679).** Hobbes afirmava que o Absolutismo garantia a paz e a ordem, evitando que os homens se destruíssem uns aos outros. Por essa razão os homens preferiam abrir mão da sua liberdade em troca da segurança que um Estado forte poderia garantir.

### 6.3.A REFORMA PROTESTANTE E A CONTRARREFORMA CATÓLICA

No início do século XVI, após o Renascimento, a mudança na mentalidade das sociedades europeias repercutiu também no campo religioso. A Igreja Católica, que na Idade Média era uma instituição muito poderosa e não podia ser questionada, passou a ser duramente criticada.

A Igreja, ao condenar a usura, os juros e o lucro, não incentivava o avanço da acumulação de capital pela burguesia, mostrando-se em descompasso com as transformações de seu tempo.

Além disso, uma série de questões religiosas colocava a Igreja como alvo de crítica da sociedade: a corrupção do alto clero, a ignorância religiosa dos padres comuns e os novos estudos teológicos. As insatisfações acumularam-se de tal maneira que desencadearam um movimento de ruptura na unidade cristã: a **Reforma Protestante**.

#### A Igreja Luterana

A razão imediata da Reforma foi o conflito entre o monge agostiniano e teólogo **Martinho Lutero**, e o Papa Leão X. O Papa, com o objetivo de arrecadar fundos para a construção da basílica de São Pedro, autorizou a concessão da venda de **indulgências** (concessão de graças perdoando os pecados) aos fiéis que contribuíssem financeiramente com a Igreja. Lutero, que vivia no Sacro Império Romano Germânico, na região que corresponde à atual Alemanha, escreveu um tratado conhecido como as **95 Teses** (1517) criticando a prática da venda de indulgências. Segundo a tradição, ele teria afixado o texto na porta da Igreja da cidade de Wittenberg. Iniciava-se, assim, a longa discussão entre Lutero e as autoridades católicas, o que terminou com a decretação de sua **excomunhão** (expulsão da Igreja Católica, perdendo o direito à salvação eterna). Uma parte dos nobres germânicos, decidida a enfraquecer o poder do Imperador e se libertar da influência da Igreja Católica, apoiou Lutero e o protegeu, impedindo que os soldados do Papa o levassem aprisionado, e o apoiando na criação de uma nova igreja.

Os princípios básicos da religião Luterana, que além da Alemanha encontrou adeptos na Suécia, Dinamarca, Noruega e outros países, são:

- **Salvação pela fé.** As boas obras, os jejuns e os sacrifícios não ajudam o homem a se salvar. Somente a fé salva a alma. Assim sendo, o lucro e a acumulação de riqueza não eram considerados pecados.
- **Livre interpretação da Bíblia.** Qualquer pessoa pode ler a Bíblia e fazer sua própria interpretação.
- **Substituição do latim pelo alemão,** tanto nas cerimônias quanto nos textos. Lutero foi o responsável por traduzir a Bíblia do latim para a língua alemã.
- **Abolição do celibato clerical,** permitindo que os pastores pudessem casar e constituir família.
- **Manutenção de apenas dois sacramentos:** o *batismo* e a *eucaristia* (enquanto a Igreja Católica mantinha sete sacramentos).
- **Abolição da hierarquia clerical.** Na nova religião, não haveria papa, cardeais, bispos etc. Somente existiriam pastores, que estavam subordinados à autoridade do governo.

#### A Igreja Calvinista

**João Calvino**, um padre suíço, criou outra igreja, chamada Calvinista. O calvinismo diferia em alguns pontos da proposta de Lutero.





Calvino justificava as atividades da burguesia, como a busca de lucro através do comércio e da usura (empréstimo de dinheiro com cobrança de juros), e defendia a idéia da **predestinação**. Segundo ele, as pessoas já nascem predestinadas para a salvação ou à condenação eterna, e o enriquecimento seria um sinal de que a alma estaria salva. Assim, a visão de Calvino estimulava as atividades capitalistas e a acumulação de riqueza nas mãos da burguesia. Calvino também defendia a separação entre a igreja e o Estado.

### A Igreja Anglicana

Outro momento importante da Reforma Protestante ocorreu quando **Henrique VIII** (1509-1547), rei da Inglaterra, rompeu com a Igreja Católica e proibiu o catolicismo dentro da Inglaterra. Suas justificativas eram questões pessoais, o Papa havia lhe negado autorização para se divorciar e se casar novamente, mas seus verdadeiros motivos eram políticos. Henrique VIII pretendia fortalecer seu próprio poder, viabilizar a monarquia absolutista, anular a influência da Igreja dentro do território inglês, e se apropriar dos bens e terras do clero.

Henrique fundou a **Igreja Anglicana**, na qual o líder é o próprio Rei. Como o real motivo da ruptura não era relacionado a questões de fé, a nova religião não era muito diferente da católica na sua essência. A reforma iniciada por Henrique VIII foi completada durante o reinado de sua filha Elizabeth I (1558-1603), quando se estabelece definitivamente o Anglicanismo, recebendo então um corpo doutrinário com elementos do catolicismo e da doutrina protestante. O batismo e a comunhão têm apenas valor simbólico, as cerimônias e os textos utilizaram a língua inglesa e a autoridade papal não existia mais.

### Os anabatistas

Na mesma época de Lutero surgiu na região da atual Alemanha um outro movimento reformista, liderado por **Thomas Munzer**. Eram chamados anabatistas, pois se opunham ao batismo de crianças. Acreditavam que o batismo deveria ser uma escolha consciente e, portanto, não teria validade quando feito na infância.

As ideias dos anabatistas eram muito mais radicais do que as de Lutero. Afirmavam que a verdadeira mensagem de Cristo era que os homens deveriam construir o paraíso neste mundo, e a forma de se alcançar isto seria acabar com as desigualdades e injustiças sociais. A igualdade entre os homens deveria ser a igualdade social, eliminando completamente a exploração de um homem por outro. Pretendiam a volta de uma Igreja primitiva, abolição da propriedade privada e a instalação de um regime comunitário de propriedade da terra.

Em 1524 eclodiu uma revolta camponesa, em que cerca de 300 mil camponeses se voltaram contra os nobres e passaram a ocupar as terras da nobreza. A revolta atingiu cerca de um terço do território germânico. A repressão foi dura e eles foram violentamente massacrados.

Lutero não apoiou os anabatistas. Ao contrário, apoiou o seu massacre, chegando a afirmar que a revolta dos pobres era uma obra do demônio.

### Consequências das reformas protestantes

**Fim da hegemonia católica no ocidente.** A Igreja Católica não apenas deixou de ser a única, mas em alguns casos foi banida em várias regiões como: grande parte da França, grande parte dos atuais Alemanha, Suíça, Suécia, Dinamarca, Holanda, além de toda a Inglaterra e seus domínios (Irlanda, Escócia, País de Gales).

**Rompimento da unidade religiosa da Europa.** O continente agora estava dividido entre religiões diferentes que em muitos casos eram hostis entre si.

**Clima de intolerância.** Os seguidores de uma religião não aceitavam as outras, o que ocasionou perseguições, revoltas e guerras, não apenas entre diferentes nações, mas também dentro das nações.

**O Absolutismo pôde se impor com mais facilidade depois que a autoridade do papa foi quebrada.**



**As práticas capitalistas se expandiram com mais facilidade**, principalmente nos países protestantes, pois ao contrário do que pregava a Igreja Católica, os protestantes não consideravam a busca de lucro um pecado.

### **A Contrarreforma**

Passado o primeiro impacto da Reforma, a Igreja Católica iniciou um **movimento de reação** às novas Igrejas, que ficou conhecido como **Contrarreforma** ou **Reforma Católica**.

Os principais instrumentos de ação da Contrarreforma foram o **Concílio de Trento** (1545-1563), a criação da **Companhia de Jesus** (a ordem religiosa dos padres jesuítas), e o restabelecimento e fortalecimento do **Tribunal do Santo Ofício** (a **inquisição**).

O Concílio de Trento reafirmou a validade dos dogmas católicos, restabeleceu a Inquisição nas sociedades católicas, criou o **Índex** (uma lista dos livros proibidos pela Igreja Católica). Além disso inspirou o surgimento de novas ordens religiosas, das quais a mais notável foi a dos **Jesuítas**. Eles se dedicaram especialmente à educação e à catequese dos não cristãos, empenhando-se em converter ao catolicismo os povos dos continentes recém-descobertos e colonizados por Portugal e Espanha. O objetivo era expandir o domínio católico para os demais continentes e impedir que as igrejas protestantes se expandissem no “novo mundo”.

O Tribunal do Santo Ofício foi revitalizado e tornou-se muito ativo. Utilizando-se de extrema violência, a Inquisição perseguiu todos os considerados heréticos, os judeus e os que abandonavam a religião. A violência da Inquisição ajudou a garantir que Portugal e Espanha ficassem livres do contato com as novas religiões: daí a presença forte da Companhia de Jesus nas colônias destes países, e a grande importância que as escolas fundadas por jesuítas tiveram.

## **6.4. A EXPANSÃO MARÍTIMA E COMERCIAL**

Textos adaptados a partir de: COTRIM, Gilberto, História Global - Brasil e Geral-Ed. Saraiva - São Paulo.

*Graças ao apoio dado pelos Estados Nacionais, a burguesia europeia pode iniciar a expansão marítima, cujos resultados modificaram profundamente a sociedade europeia. Paralelamente, assistia-se à intervenção do Estado na economia, gerando as práticas conhecidas como Mercantilistas.*

A sucessão de crises do final da Idade Média provocou mudança estrutural na sociedade europeia. A Europa precisava crescer economicamente. Expandir-se. Buscar novas soluções para seus problemas internos. Foi no sistema capitalista nascente que as soluções foram encontradas para atenderem muitas dessas necessidades.

O desenvolvimento do capitalismo foi impulsionado pela expansão marítimo-comercial da Europa, nos séculos XV e XVI. Dessa expansão resultaram o descobrimento de novas rotas de comércio para o Oriente e a conquista e colonização da América.

Entre os produtos mais procurados pelo comércio europeu estavam as especiarias e os artigos de luxo do Oriente. Todas essas mercadorias chegavam à Europa pelo Mar Mediterrâneo, Veneza e Gênova, por onde passava o comércio vindo do mar Mediterrâneo para a Europa, monopolizaram o comércio entre o Oriente e Ocidente e enriqueceram. Os europeus pagavam elevados preços pelos produtos orientais, devido ao monopólio e aos intermediários.

Assim, tentar solucionar a crise econômica, encontrar uma nova rota marítima para o oriente evitando os intermediários, e encontrar novas fontes de metais preciosos (ouro e prata), eram os principais objetivos iniciais da expansão.

### **Condições que possibilitaram a realização das viagens**

- A existência de uma burguesia ambiciosa e disposta a enfrentar os riscos das viagens.
- O apoio dos Estados Nacionais, pois somente eles tinham os recursos necessários para bancar os grandes investimentos das explorações marítimas.



- Progresso tecnológico - com inventos que revolucionaram a técnica da navegação, como a bússola, o astrolábio, o quadrante. Estes avanços tecnológicos se tornaram possíveis a partir do Renascimento, com a valorização da ciência.
- O aperfeiçoamento dos mapas geográficos e a aceitação da noção de que a Terra é redonda.

## As Viagens e Descobertas

### Portugal

Portugal foi o primeiro país da Europa a se lançar às grandes navegações no século XV. Muitos fatores contribuíram para o pioneirismo português:

- **Centralização Administrativa.** A partir da Dinastia de Avis (1385), a centralização administrativa de Portugal permitiu que a monarquia passasse a governar em sintonia com os projetos da burguesia.
- **Tradição comercial** e existência de uma burguesia interessada em participar dos lucros provenientes do comércio de especiarias.
- **Experiência na navegação e tecnologia náutica**, já que a economia portuguesa estava, de certa forma, voltada para o mar (sal, pesca, comércio, etc.).
- **Herança cultural dos árabes** que ocuparam a Península Ibérica por longo período, introduzindo técnicas importantes, que os europeus desconheciam.
- **Posição geográfica favorável** voltada para o Atlântico.
- **Estímulo aos estudos náuticos**, através da **Escola de Sagres**, que atraía para Portugal navegadores, cartógrafos, astrônomos etc.

Portugal realizou o “**ciclo oriental**” (voltado para o oriente) das navegações. O marco inicial da expansão portuguesa foi a conquista de Ceuta (1415) na costa marroquina da África. A partir deste ponto, os navegadores portugueses foram navegando cada vez mais ao sul, estabelecendo feitorias (fortificações a partir das quais estabeleciam contato e faziam comércio com os povos africanos). No oceano Atlântico colonizaram as ilhas de Açores, Madeira e Cabo Verde.

Em 1488 o navegador Bartolomeu Dias descobriu a passagem para a costa oriental da África, através do Cabo da Boa Esperança. Em 1498, contornando o sul do continente africano, Vasco da Gama conseguiu alcançar as Índias.

Em 1494, Portugal e Espanha assinaram o **Tratado de Tordesilhas**. Este tratado definia uma linha imaginária situada a 370 léguas (1770 km) ao oeste da ilha de Santo Antão, do arquipélago de Cabo Verde. Este ponto foi definido por ficar a meio caminho entre as ilhas conquistadas por Portugal e as ilhas Caraíbas descobertas por Cristóvão Colombo. De acordo com o tratado, as terras que fossem descobertas situadas ao leste desta linha pertenceriam à Portugal, e as terras descobertas ao oeste da linha pertenceriam à Espanha.

Em 1500, a expedição de Pedro Álvares Cabral tinha a missão de utilizar a rota descoberta por Vasco da Gama para chegar às Índias, mas no caminho deveria confirmar a informação de que ao sul das descobertas espanholas haveria terras situadas ao leste da linha de Tordesilhas, pertencentes ao continente americano, que pelo Tratado de Tordesilhas pertenceriam à Portugal. Em 22 de abril Cabral chegou ao litoral da Bahia, e dessa forma estabeleceu a posse portuguesa da terra que mais tarde viria a ser o Brasil.

### Espanha

Envolvidos na luta pela expulsão dos árabes, os espanhóis só puderam iniciar a sua expansão marítima em 1492, quando o governo espanhol financiou o navegador genovês **Cristóvão Colombo**. A Espanha realizou o “**ciclo ocidental**” (voltado para o ocidente) das navegações. Seu objetivo inicial também era chegar às Índias, mas os navegadores espanhóis não podiam percorrer o mesmo caminho que os portugueses haviam percorrido, contornando a África, uma vez que Portugal já havia tomado posse dessas terras.



Assim, o plano de Colombo era navegar pelo oceano Atlântico rumo ao oeste, contornando a Terra, para chegar à Ásia. Quando a expedição chegou ao arquipélago das Bahamas, acreditou inicialmente estar chegando no Japão. Apenas mais tarde foi confirmado se tratar de um novo continente, desconhecido pelos europeus, a América.

**Fernão de Magalhães**, um navegador português a serviço da Espanha, realizou a primeira viagem ao redor do mundo entre 1519 e 1522, contornando o continente americano pelo sul.

### Inglaterra, França e Holanda

A Inglaterra, a França e a Holanda somente reuniram condições para realizar a expansão marítima a partir do século XVI. O Tratado de Tordesilhas havia definido que todas as terras descobertas pertenceriam necessariamente à Portugal ou à Espanha. Assim sendo, estas três nações que só começaram a realizar grandes navegações bem mais tarde teriam que invadir colônias portuguesas e espanholas e lutar para estabelecer suas próprias colônias.

### Os resultados da expansão marítima europeia

- O deslocamento do eixo econômico do Mar Mediterrâneo para o Oceano Atlântico.
- O surgimento das Companhias de Comércio: grandes empresas voltadas para o comércio com as regiões novas.
- O grande afluxo de riquezas, metais preciosos e novos produtos para a Europa, provenientes do comércio e da exploração colonial.
- Os Estados Nacionais se fortaleceram, e as nações europeias passaram a dominar grandes áreas nos outros continentes (colonialismo).
- Mudanças na atividade comercial, que se tomou extremamente dinâmica, produzindo uma “Revolução Comercial”.
- Início de um processo de difusão da cultura europeia e do cristianismo.
- A comprovação da esfericidade da Terra.
- Ascensão de Portugal e Espanha à condição de potências europeias da época.

## 6.5.O MERCANTILISMO

O desenvolvimento comercial vivido pela Europa, que teve um grande impulso a partir da expansão marítima, levou ao aparecimento de ideias e práticas econômicas adotados pelos Estados Nacionais europeus, permitindo o desenvolvimento do **capitalismo mercantil** (baseado no comércio). Estas práticas ficaram conhecidas como **Mercantilismo**.

Essas práticas econômicas variavam de país para país conforme as suas condições específicas, mas tinham em comum o objetivo de fortalecer o **Estado** e a **Burguesia** na fase de **transição do feudalismo para o capitalismo** que caracterizou a **história moderna**.

### Principais ideias que caracterizaram o Mercantilismo

**Metalismo.** A riqueza de um Estado está vinculada à quantidade de metais preciosos existentes dentro de suas fronteiras, portanto um dos objetivos principais era acumular ouro e prata obtendo-os através do comércio ou explorando colônias que tivessem reservas destes metais.

**Balança Comercial Favorável.** O valor das exportações deve ser sempre superior ao das importações, de modo que o saldo promova a entrada de metais preciosos no Estado Nacional.

**Protecionismo.** Para que a balança comercial fosse favorável, o Estado deveria intervir para incentivar a produção de artigos que pudessem concorrer vantajosamente no exterior, evitar a saída de matérias-primas e dificultar a entrada de produtos importados que fizessem concorrência.

**Intervencionismo Estatal.** Intervenção significativa do Estado na Economia, através de medidas como: fixação de tarifas alfandegárias (taxas sobre produtos importados), estímulo a empresas manufatureiras e ao industrialismo, controle sobre preços e sobre a quantidade de mercadorias comercializadas.



Ao Estado também cabia estabelecer monopólios determinando que empresários específicos teriam o privilégio de explorar determinados produtos.

**Colonialismo.** A política econômica mercantilista dava bons resultados quando aplicada dentro do contexto colonial, o que levava as metrópoles europeias a buscarem colônias ricas em metais preciosos ou produtos tropicais que pudessem ser comercializados no mercado europeu.

### Formas de aplicação das ideias mercantilistas em diferentes nações

Ao ser colocado em prática por diferentes países europeus, o mercantilismo ganhou características diferentes. Embora todas as potências europeias tivessem basicamente os mesmos objetivos, cada uma delas precisou adaptar suas práticas econômicas de acordo com as suas especificidades.

Por exemplo, as características das colônias de que cada potência dispunha para explorar, e o tipo de investimentos que a burguesia tinha possibilidade de fazer, definiram o **tipo de mercantilismo** que cada nação desenvolveu. Portugal e Espanha conquistaram colônias ricas em reservas de prata e ouro, e das quais podiam extrair produtos agrícolas. Inglaterra, França e Holanda inicialmente não dispunham de colônias.

| País       | Tipo                                  | Características                                                                                                                                                                                                                                   |
|------------|---------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Espanha    | <b>Metalismo ou bulionismo</b>        | Preocupou-se basicamente com o entesouramento dos metais preciosos (ouro e prata) vindos da América. Não desenvolveram outra forma para acumular capitais, como as produções agrícola, industrial e comercial.                                    |
| Inglaterra | <b>Comercialismo e industrialismo</b> | O governo concedeu sólidos privilégios a grandes empresas comerciais e à marinha mercante. Também incentivou a criação de manufaturas. Isso permitiu à burguesia inglesa acumular capital que seria utilizado futuramente na criação de fábricas. |
| Holanda    | <b>Comercialismo</b>                  | Realizado através da intermediação comercial e do tráfico de escravos, que se tornou possível graças a uma poderosa frota naval.                                                                                                                  |
| Portugal   | <b>Comercialismo</b>                  | Praticado na fase do comércio de especiarias com o Oriente.                                                                                                                                                                                       |
|            | <b>"Plantation"</b>                   | Portugal desenvolveu grandes plantações de produtos tropicais (principalmente o açúcar no Brasil). A produção agrícola das colônias portuguesas era baseada no trabalho escravo, e estava voltada para atender o mercado europeu.                 |
|            | <b>Metalismo</b>                      | Adotado durante o ciclo do ouro no Brasil, procurava canalizar o metal para a Metrópole através de medidas tributárias e do reforço do monopólio sobre o comércio colonial.                                                                       |
| França     | <b>Industrialismo ou Colbertismo</b>  | Desenvolvimento da indústria manufatureira com investimentos do estado francês (as Manufaturas Reais), e incentivo ao comércio. O nome <i>Colbertismo</i> se deve ao nome do ministro Colbert, que promoveu esta prática econômica.               |

## 7. A COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA

### 7.1. A AMÉRICA PRÉ-COLOMBIANA

Chamamos de **pré-colombiano** o período da história da América anterior à chegada dos colonizadores europeus em 1492, quando o navegador Cristóvão Colombo chegou ao continente navegando em nome da Coroa espanhola. O surgimento de sociedades complexas, no continente americano ocorreu a partir do ano 320, aproximadamente. Estas civilizações desenvolveram-se formando grandes impérios com Estados, religiões organizadas, sociedades hierarquizadas, centros urbanos e escrita. Este desenvolvimento, porém, foi interrompido pela chegada dos colonizadores europeus à América, no século XV. As mais conhecidas civilizações da América pré-colombiana foram a Maia, a Asteca e a Inca.



### Os maias

No início do séc. IV os maias habitavam a península de Yucatán, no México. A partir do séc. VIII, ocorreu uma grande expansão territorial, acompanhada de um avanço cultural significativo, e surgiram cidades como Chichén Itzá, Mayapán e Uxmal. Estas cidades eram autônomas, e cada uma controlava uma região rural. Nos séculos X e XI formou-se uma aliança entre estes centros urbanos, que foi rompida por um confronto vencido por Mayapán, que assumiu a hegemonia da região.

Na sociedade maia, o poder político era legitimado pela religião, caracterizando assim uma **teocracia**. Os cargos mais elevados da administração eram ocupados pelos membros das famílias mais poderosas, e o cargo de chefe supremo de cada cidade era hereditário. Havia uma complexa hierarquia de administradores, magistrados, chefes militares, sacerdotes, etc. Com o desenvolvimento do comércio, os mercadores também passaram a ter um grande prestígio na sociedade.

A economia era baseada na agricultura de milho, feijão e batata-doce. A maioria da população era formada por camponeses e artesãos, que entregavam parte da produção agrícola na forma de tributos e deviam trabalhar em grandes obras, como a construção de templos, pirâmides e palácios. Existiam também escravos, prisioneiros de guerras.

A civilização maia desenvolveu a escrita, manifestações artísticas avançadas, como a cerâmica e a pintura murais obras arquitetônicas de grande porte, como templos e pirâmides, além de um calendário bastante preciso.

Uma série de fatores, como o crescimento demográfico, o empobrecimento do solo, as guerras internas, e a luta contra os astecas, acabaram por levar a civilização maia à decadência. Quando os colonizadores espanhóis chegaram à América, os maias haviam sido dominados pelos astecas.

### Os astecas

Os **astecas** (também conhecidos como **mexicas**) são originários da região de Aztlán, no atual México. A aliança de três grandes cidades, Texcoco, Tlacopán e Tenochtitlán deu origem a um império que dominou toda a região. A região dominada pelos astecas incluía povos com idiomas e costumes diferentes. A ligação entre estas comunidades se dava pela centralização religiosa, administrativa e militar da capital Tenochtitlán, que coletava os impostos.

Tenochtitlán, que se situava onde hoje se localiza a Cidade do México, tornou-se um grande centro urbano, que chegou a ter perto de 1 milhão de habitantes (maior que qualquer cidade europeia da época). Os astecas possuíam uma escrita e um calendário próprios, e deixaram vestígios arquitetônicos como grandes templos.

A agricultura era bem desenvolvida, e o principal produto era o milho, mas feijão, cacau, algodão e tabaco também eram cultivados. Eram comercializados tecidos, peles, cerâmicas, sal, ouro e prata. A capital arrecadava os excedentes de milho e de produtos diversos das regiões agrícolas dominadas militarmente. As terras pertenciam ao Estado, e eram administradas pelos templos, cidades e bairros.

Os postos mais altos da hierarquia eram os sacerdotes, o que dava ao poder político um caráter fortemente **teocrático**. Eram seguidos dos mais altos funcionários militares. Assim como entre os maias, os comerciantes ganharam importância a partir do desenvolvimento do comércio. A maior parte da população era formada por homens livres que trabalhavam para a nobreza, ou camponeses que tinham o direito de cultivar a terra para sobreviver, e deviam entregar parte da produção como tributo, além de trabalhar nas obras públicas e prestar serviço militar.

O Império Asteca havia atingido seu apogeu entre 1440 e 1520, quando a chegada dos conquistadores espanhóis, liderados por Cortés, acabou causando a sua destruição.



## Os incas

Os incas são originários da região que corresponde ao atual Peru. A partir de 1438, com a vitória liderada pelo príncipe Yupanqui, os incas formaram um império que ocupou partes do Peru, do Equador, da Bolívia, e do Chile, chegando a ter mais de 20 milhões de habitantes, que pertenciam a diversos povos com culturas e línguas diferentes. A capital deste grande império ficava na cidade de Cusco.

O Estado inca tinha características de um império fortemente centralizado com um governo de caráter **teocrático**. O imperador era chamado “Inca” (filho do Sol), e tinha poderes sagrados hereditários. Havia também uma classe de sacerdotes e uma complexa burocracia administrativa. Os cargos mais importantes eram ocupados pelos nobres.

Como entre os maias e astecas, o principal produto agrícola era o milho, sendo também cultivados o tabaco e a batata. Desenvolveram a tecelagem, a cerâmica e a metalurgia do bronze e do cobre, além de trabalhar metais preciosos como ouro e prata.

Os camponeses trabalhavam em terras concedidas pelo Estado para obter seu sustento, e em troca eram obrigados a trabalhar nas terras do governante e dos nobres, além de pagarem os tributos. Eram também obrigados a trabalhar nas obras públicas. A extração de minérios era realizada através de uma forma de trabalho compulsório chamado **mita**, que obrigava cada aldeia a enviar certo número de trabalhadores. **Este sistema seria mais tarde adotado pelos conquistadores espanhóis.** Havia também escravos, geralmente prisioneiros de guerra, e os nativos da cidade de Yanacu, chamados de **yanaconas**, que eram condenados à escravidão.

Entre seus vestígios arquitetônicos encontram-se estradas, templos, palácios, aquedutos e canais de irrigação. Não se conhece uma escrita inca, mas sabe-se que utilizavam um complexo sistema para registrar números e acontecimentos através dos **quipos**, cordões coloridos aos quais davam sequências de nós, formando um código.

## **7.2.A COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA E O SISTEMA COLONIAL**

Antes da chegada de Cristóvão Colombo (1492), diversos povos viviam na América: os povos pré-colombianos. Em fins do século XV, havia no continente americano mais de 3 mil nações indígenas. Muitas dessas nações eram aparentadas, outras eram bem diferentes entre si. Falavam línguas diversas e tinham culturas distintas. Apaches, sioux, iroqueses (América do Norte), astecas e maias (América Central), incas, tupis, jês e nuaraques (América do Sul), entre outros, habitavam o continente americano. Calcula-se que existia, em todo o continente americano, uma população de aproximadamente 88 milhões de habitantes, concentrada principalmente na América Central e no norte da América do Sul. Era uma massa populacional então correspondente a cerca de 20% da humanidade.

Também são variadas as estimativas sobre a população indígena total que vivia no Brasil. Algumas indicam cerca de 2,5 milhões de nativos, no início do século XVI, enquanto outras apontam aproximadamente 5 milhões, o que não representava nada diante da extensão do novo território, mas era muito se comparado à atual população indígena do Brasil. Hoje, os índios pouco ultrapassam os 200 mil. Note-se que os indígenas, em comparação com brancos e negros, foram a única etnia do Brasil que diminuiu em termos absolutos, num processo permanente que pode ser considerado um genocídio.

A população indígena foi massacrada pelo conquistador europeu durante o processo de colonização. Embora tenha resistido, lutado bravamente, ela foi drasticamente reduzida num curto período de tempo (cerca de 50 anos), por meio da violência militar (a guerra), da econômica (escravização) e cultural (a destruição de seu modo de vida, principalmente pela ação da Igreja Católica).



A conquista colonial de diversos povos do mundo, resultante da expansão marítimo-comercial, era considerada pelos europeus como seu direito inquestionável. Considerando a civilização europeia superior às demais civilizações, os europeus julgavam-se no direito de submeter os povos do resto do mundo ao seu domínio, impondo-lhes a dominação econômica, a cultura, a religião e a escravidão.

A crença na superioridade da civilização europeia baseou-se principalmente nos seguintes pontos:

- A Europa acreditava ter um povo superior desde o nascimento: pessoas de etnia branca.
- A Europa julgava conhecer a única e verdadeira fé religiosa: o cristianismo.
- A Europa acreditava possuir o mais avançado estágio de desenvolvimento técnico, científico e artístico.

A burguesia comercial europeia obteve grandes lucros com a conquista e a colonização da América. O eixo econômico europeu, antes concentrado no mar Mediterrâneo, deslocou-se para o oceano Atlântico. As nações que participaram da expansão marítimo-comercial, nos séculos XV e XVI, tornaram-se as mais poderosas da Europa. Pelo pioneirismo, destacaram-se Portugal e Espanha, e posteriormente França, Inglaterra e Holanda.

**Osistema colonial** desenvolveu-se como um desdobramento da política econômica do mercantilismo, que postulava o enriquecimento do Estado por meio da acumulação de metais preciosos, manutenção da balança comercial favorável, intervencionismo estatal, entre outras medidas. O sistema colonial foi montado exatamente em função desses objetivos. O importante era o lucro e a prosperidade das nações europeias, não importando como as áreas recém-descobertas seriam exploradas. Mesmo que, para explorar, os europeus necessitassem destruir civilizações milenares.

(...) Surgiu, com isso, um choque de interesses econômicos entre um país mercantilista e outro. Eles passaram a disputar entre si mercados para vender seus produtos.

Esses Estados perceberam que a solução ideal seria cada um dominar áreas determinadas, onde pudessem obter vantagens econômicas exclusivas - as colônias. Nelas poderiam controlar o comércio, impondo preços e produtos, e alcançar o máximo de lucros possível.

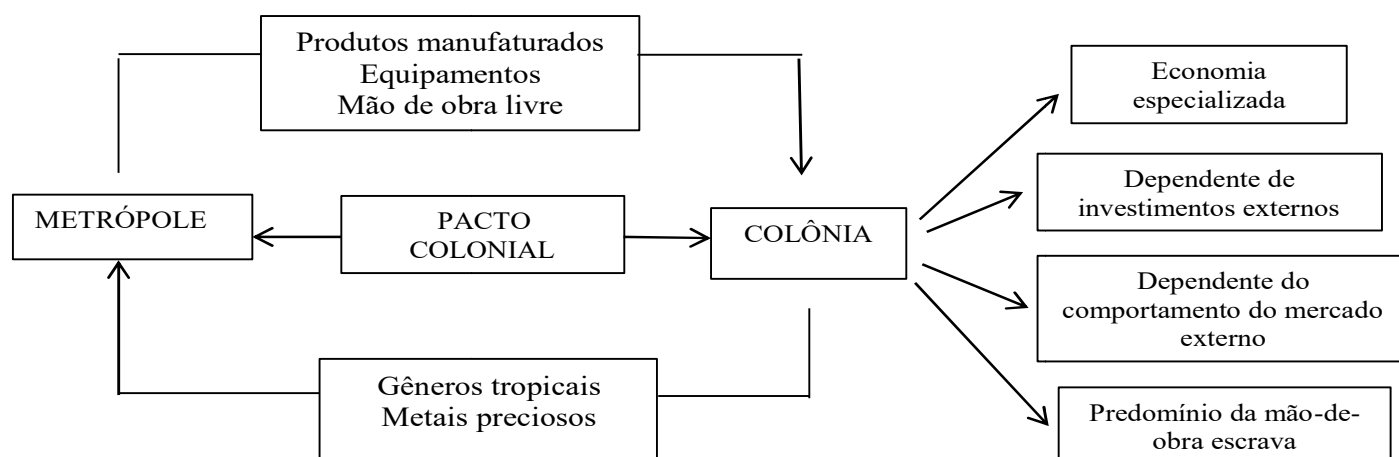
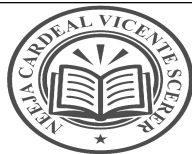
Criou-se com esses objetivos o sistema de exploração das colônias.

A partir do fluxograma a seguir é possível constatar as seguintes características básicas do colonialismo:

- **Produção complementar** - a economia da colônia era organizada em função da metrópole. Ou seja, a colônia deveria complementar a produção ou satisfazer os interesses da metrópole. Jamais poderia desenvolver uma produção voltada para seus interesses internos. Assim, o sistema colonial mercantilista transformava a colônia num território exclusivo da metrópole, destinado à exploração.

- **Monopólio Comercial** - a metrópole tinha o direito exclusivo de realizar o comércio com a colônia. Com esse direito, a metrópole comprava os produtos da colônia pelo mais baixo preço e lhe vendia as mercadorias metropolitanas pelo mais alto preço. O monopólio comercial foi o instrumento essencial para que a metrópole controlasse a vida econômica da colônia.





A colonização da América não foi um fato isolado, não aconteceu por acaso, e não ocorreu da mesma forma em todas as regiões do continente. Foram interesses econômicos muito grandes que organizaram a conquista e a exploração desses territórios. Os europeus que vieram colonizar a América, num primeiro momento, estavam preocupados em ampliar o seu comércio. As regiões africanas e asiáticas que eles dominaram resolveram a sua preocupação de ampliação de seu comércio, pois eram locais onde já existia uma produção de excedentes destinados ao comércio. Mas não era esse o caso das regiões americanas, que não possuíam os excedentes comercializáveis que os europeus esperavam.

Desta maneira, surgiu a ideia de colonizar, pois aqui na América não era suficiente enviar navios para buscarem produtos destinados ao comércio. Era necessário, primeiro, produzi-los, o que implicava muitas outras medidas: defender a terra da cobiça de outros povos; povoá-la, isto é, enviar pessoas da metrópole para administrá-la e garantir os lucros; finalmente, era necessário investir capitais na **produção** de algum artigo que interessasse ao comércio.

A definição de qual atividade econômica seria colocada em prática na colônia estava, portanto, diretamente relacionada às necessidades comerciais. O **Brasil**, por exemplo, tomou-se **produtor de açúcar** porque este era um produto raro, muito procurado nos mercados europeus e, conseqüentemente, iria dar bons lucros à burguesia portuguesa.

Desta característica decorreu uma outra: não houve interesse da metrópole em desenvolver muitas atividades simultâneas na colônia. Tomou-se necessário especializar os colonos na produção de um artigo. As vantagens eram grandes: o capital investido ficava mais concentrado; os colonos, produzindo só um artigo, necessitavam adquirir muitos produtos da Europa. Isto é o que se denomina de **monocultura**.

Outro aspecto básico foi a **utilização de trabalho escravo**. A introdução de trabalhadores africanos nas colônias estava relacionada com os altos lucros gerados no comércio de escravos. Além disto, trabalhadores que não recebem salários proporcionariam também bons lucros na produção das colônias.

## 8. O BRASIL COLÔNIA

### 8.1. O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO

#### Período Pré-colonial

A chegada dos portugueses ao Brasil data de 1500, quando aqui esteve a armada de Pedro Álvares Cabral, que tomou posse das terras encontradas em nome da Coroa portuguesa.



No entanto, até 1530 Portugal não se interessou muito pela nova terra. Naquela época, a burguesia portuguesa obtinha grandes lucros com o comércio oriental, ou seja, de produtos obtidos no continente africano e na Ásia. Segundo as impressões iniciais, os índios das terras brasileiras não possuíam excedentes de nenhum produto que pudesse ser comercializado na Europa, além de não haver sinais da existência de metais preciosos. Assim sendo, durante os primeiros trinta anos o governo português demonstrou pouco interesse pela exploração do território, sendo este período (1500-1530) chamado de "**Período pré-colonial**".

Nestas primeiras décadas o produto que mais despertou o interesse português foi a madeira do **pau-brasil**, uma árvore cujo tronco era utilizado na produção de uma tintura vermelha. A obtenção do pau-brasil, entretanto, não exigia o esforço da colonização. Os indígenas é que faziam o trabalho de obtenção da madeira, derrubando as árvores e levando os troncos até as feitorias que os portugueses estabeleciam no litoral, e sendo pagos através do escambo, ou seja, recebendo outras mercadorias em troca. Desta forma, bastava para Portugal enviar periodicamente alguns navios que percorriam o litoral recolhendo a madeira.

A situação mudou diante da ameaça que representavam outras nações europeias que também estavam cobiçando a posse desta terra, especificamente os franceses interessados no pau-brasil. A presença dos franceses no litoral brasileiro coincidia com um momento de decadência do comércio oriental, devido à grande concorrência entre as nações europeias pelas rotas comerciais. Preocupado com o contrabando francês, o governo português enviou algumas expedições militares para defender a terra, sem muito sucesso. Eram chamadas **expedições guarda-costas**. Não obtiveram sucesso devido à grande extensão do nosso litoral.

**Expedição de Gaspar de Lemos (1501)**: explorou grande parte do litoral brasileiro e deu nome aos principais acidentes geográficos então encontrados.

**Expedição de Gonçalo Coelho (1503)**: organizada em função de um contrato assinado entre o rei de Portugal e um grupo de comerciantes interessados na exploração do pau-brasil. Dentre esses, destaca-se o rico comerciante Fernão de Noronha.

**Expedição de Cristóvão Jacques (1516 e 1526)**: tinha o objetivo de deter o contrabando de pau-brasil feito por outros comerciantes europeus, como os franceses.

De acordo com o Tratado de Tordesilhas, Portugal e Espanha eram os únicos donos das terras da América (não consideravam os nativos como os legítimos donos). Entretanto, este acordo foi feito apenas por Portugal e Espanha, ou seja, as demais nações europeias como França, Inglaterra e Holanda não se viam obrigados a aceitar essa determinação, e passaram a disputar a posse das terras da América.

Uma vez que as expedições guarda-costas não tiveram sucesso em proteger o litoral dos contrabandistas de outras nações, Portugal receava perder a posse das terras brasileiras. Para garantir a posse destas terras e acabar com o contrabando de pau-brasil e ameaças de invasões, a Coroa portuguesa decidiu, então, **colonizar** o Brasil.

Além da ameaça de perder a colônia, fatores de ordem econômica também contribuíram para que Portugal decidisse iniciar a colonização do Brasil. O comércio com o oriente estava em declínio devido aos elevados custos com transporte e manutenção de entrepostos, além da concorrência de franceses, ingleses e espanhóis, que exploravam a mesma rota comercial. Portugal precisava buscar alternativas comerciais para aumentar seus lucros. O Brasil foi visto como opção.

A **primeira expedição colonizadora** foi comandada por Martim Afonso de Souza. Teve como objetivo iniciar a colonização do Brasil, combater os corsários estrangeiros, procurar ouro e fazer um maior reconhecimento geográfico do nosso litoral. Fundou a primeira vila do Brasil, a Vila de São Vicente e alguns povoados, como Santo André da Borda do Campo e Santo Amaro e ainda iniciou o plantio da cana-de-açúcar.



## As Capitanias Hereditárias

O governo português não tinha recursos econômicos para investir na colonização brasileira. Por isso, optou pela utilização de um sistema que Portugal já havia empregado em outros locais: o sistema de **capitanias hereditárias**.

Tal sistema implicava transferir os custos da colonização para particulares. Em 1534, o governo português dividiu o território brasileiro em 15 lotes de tamanho desigual chamados de **capitanias**. As capitanias foram doadas a pessoas que deveriam ter boas condições financeiras para arcar com os custos da exploração do território, os **capitães donatários**, e esta doação tinha caráter **hereditário**. O vínculo jurídico entre o rei de Portugal e os donatários era estabelecido em dois documentos básicos: a **Carta de Doação**, que estabelecia os limites do lote, e o **Foral**, que estabelecia os direitos e deveres dos donatários, relativos à exploração da terra.

Os direitos e deveres das partes eram os seguintes:

- A Coroa reservava para si o quinto de todos os metais preciosos que fossem encontrados e o monopólio do pau-brasil e de especiarias que existissem. À Igreja deveriam ser pagos os dízimos, isto é, a décima parte dos rendimentos de todos os produtos;
- Os Donatários recebiam o direito de administrar as Capitanias (não eram proprietários) e as pessoas que lá residissem; poderiam fundar vilas, cobrar impostos, nomear funcionários e distribuir sesmarias, desde que os beneficiários fossem católicos. Além disso, tinham direito à vigésima parte das rendas da pesca e do pau-brasil e 10% dos dízimos.

Este sistema de Capitanias caracteriza uma **administração descentralizada**. Todos os capitães estavam subordinados apenas ao rei de Portugal, não havia nenhuma autoridade acima deles nas terras brasileiras e as capitanias eram autônomas, não tendo qualquer ligação entre si.

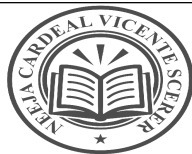
Do ponto de vista econômico, as capitanias não alcançaram o sucesso esperado pelo governo português. Só as capitanias de Pernambuco e de São Vicente progrediram e obtiveram lucros com a produção de açúcar. As demais capitanias não prosperaram em decorrência de problemas como:

- **Falta de recursos dos donatários.** As terras eram muito extensas, e os donatários (escolhidos pelo rei) geralmente não tinham capitais suficientes para o vulto do empreendimento. Muitos donatários sequer vieram para a colônia, deixando suas capitanias completamente abandonadas.
- **Resistência dos indígenas.** Se no início os nativos se mostraram amistosos, em algumas regiões eles logo perceberam a intenção dos portugueses de invadirem suas terras e escravizá-los, e reagiram com ataques às vilas e engenhos.
- **Problemas de comunicação entre as capitanias e Portugal.** As grandes distâncias e as precárias condições dos meios de transporte provocaram o isolamento das capitanias.
- **Dificuldades com a lavoura.** Nem todas as terras das diversas capitanias eram propícias ao cultivo de cana-de-açúcar, produção que mais interessava ao sistema colonial. Restava ao donatário explorar o pau-brasil. Porém, nessa atividade sua participação era muito reduzida (5%), o que contribuía para diminuir seu interesse pela capitania.

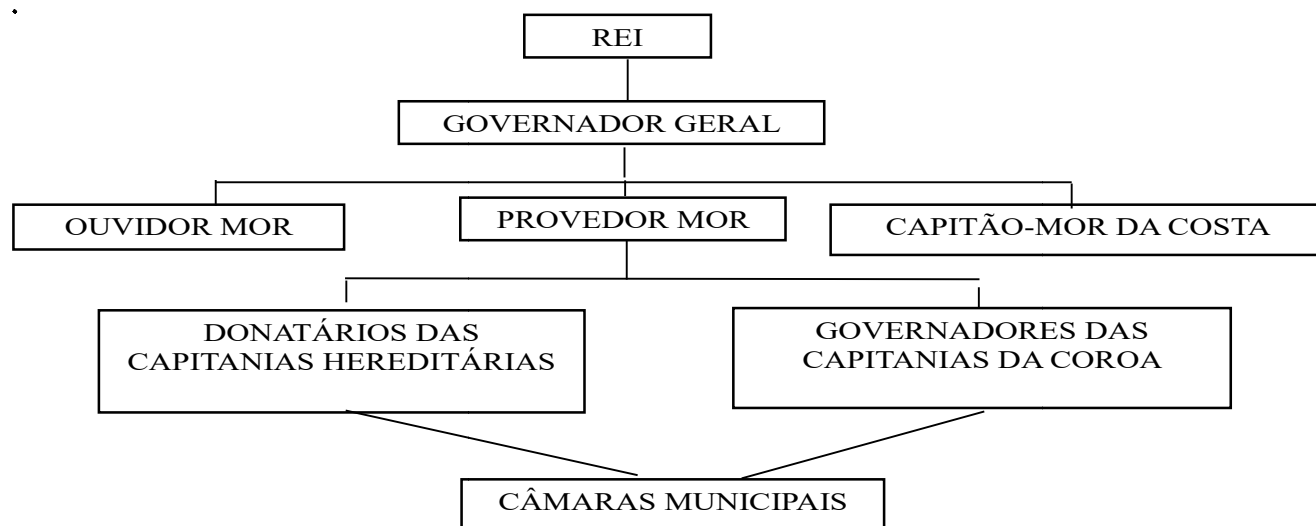
Do ponto de vista político, entretanto, o sistema das capitanias alcançou até certo ponto os objetivos desejados. Lançou as bases da colonização, contribuiu para preservar a posse das terras e ajudou a revelar as possibilidades de exploração econômica da colônia.

## O Governo Geral

O insucesso das capitanias mostrou à metrópole que deveriam ser tomadas medidas diferentes para permitir que a colonização tivesse êxito. Ao mesmo tempo, não se podia esquecer que franceses continuavam a navegar pelo litoral brasileiro, buscando oportunidades de fazer contrabando de pau-brasil ou de se estabelecer. Era necessário combatê-los com mais eficiência. Apesar de seu insucesso, as capitanias não foram extintas.



Elas continuaram a existir, só que agora haveria nas terras brasileiras uma autoridade maior, um representante do rei, que ficaria estabelecido na colônia, na Capitania da Bahia, em condições de dar mais apoios capitães donatários. Era uma tentativa de aprimorar o sistema. Assim, a descentralização, típica do sistema de Capitânicas, cedeu lugar à **centralização administrativa**, reforçando o poder da Coroa portuguesa. O Governador-Geral estaria encarregado, entre outros assuntos, de garantir a defesa da colônia, auxiliar os jesuítas na catequese, explorar o interior e incentivar a criação de engenhos.



### Primeiros Governadores-Gerais

- **Tomé de Souza (1549-1553)**. Fundou a cidade de Salvador, sede do governo-geral. Criou o primeiro Bispado. Deu início à pecuária e incentivou o cultivo da cana-de-açúcar. Organizou expedições (entradas) que penetravam nas matas à procura de metais preciosos.
- **Duarte da Costa (1553-1558)**. Trouxe mais jesuítas para o Brasil, como José de Anchieta. Fundou o Colégio São Paulo e a vila que deu origem à cidade de São Paulo.
- **Mem de Sá (1558-1572)**. Expulsou os franceses do Rio de Janeiro. Fundou a cidade do Rio de Janeiro, que nasceu de um pequeno povoado militar organizado para a luta contra os franceses. Exterminou a população indígena que resistia à dominação colonial portuguesa. Incentivou a importação de escravos da África como solução para o problema de falta de mão-de-obra.

Com o crescimento da colônia e o desenvolvimento de vilas e cidades, a administração tornou-se mais complexa. Era preciso estabelecer formas mais eficientes de controle e de governo, surgiram assim, as primeiras câmaras municipais.

## 8.2.A ECONOMIA COLONIAL

### A produção de açúcar

A tarefa de defender a posse da terra contra a ameaça estrangeira era uma preocupação crescente em Portugal. Para realizá-la, era preciso promover a colonização com algum tipo de atividade econômica capaz de viabilizá-la. A solução encontrada foi implantar a **produção açucareira**, em certos trechos do litoral brasileiro. O açúcar era produto de grande interesse para o comércio europeu, muito lucrativo. Por meio dele, seria possível organizar o cultivo permanente do solo, iniciando o povoamento sistemático da Colônia. Implantando a produção de açúcar no Brasil, Portugal abandonava a atividade meramente predatória (extração de pau-brasil) e iniciava a montagem de uma organização produtiva dentro das diretrizes do sistema colonial.



Vários fatores levaram à escolha do açúcar como principal produto das terras brasileiras.

- O açúcar garantia uma **alta lucratividade** no mercado europeu.
- Havia regiões **com condições geográficas favoráveis** (clima e tipo de solo) para o plantio de cana, especialmente no litoral do nordeste.
- Portugal já tinha **experiência na produção de açúcarna** Ilha da Madeira e no arquipélago de Açores, ilhas do Atlântico da costa africana, e assim tinha domínio do conhecimento técnico necessário.

Por outro lado, era necessário o investimento de um grande capital para financiar o processo de produção e distribuição do produto, o que levou portugueses a formar uma parceria com os holandeses, que possuíam capital acumulado e uma rede de comércio já bem estabelecida. Os holandeses seriam responsáveis por refinar, transportar e comercializar o açúcar no mercado europeu.

Outro fator a se resolver era o da mão de obra. A forma de exploração do trabalho seria a **escravidão**, por permitir mais lucros. Inicialmente foram escravizados os indígenas, e mais tarde predominou a escravidão africana.

**Engenho de açúcar** era o nome da grande propriedade agrícola (**latifúndio**) voltada para a produção do açúcar. As construções existentes dentro do engenho eram as seguintes:

- **Casa-Grande.** Residência do senhor, além de empregados de confiança - capatazes. A casa grande era a central administrativa da vida econômica e social do engenho.
- **Senzala.** Habitação rústica e pobre dos escravos.
- **Capela.** Local onde se realizavam as cerimônias religiosas.
- **Casa do engenho.** Instalações destinadas à produção do açúcar.

### As invasões holandesas

Na metade do século XVII, a produção açucareira enfrentou problemas graves: os holandeses, que até então estavam associados no empreendimento, passaram a fazer concorrência, plantando a cana em suas próprias colônias. A razão desta mudança está ligada à política europeia. Em 1580, falecendo o rei português, e com a ausência de herdeiros, a Espanha dominou Portugal. Ao período de 60 anos (1580-1640) que durou a dominação espanhola dá-se o nome de **União Ibérica**.

Na ocasião, a Espanha estava em guerra contra os holandeses e, por isso, proibiu-os de continuar a participar do negócio açucareiro. Em represália, os holandeses atacaram e invadiram a sede do Governo Geral, na Bahia, querendo controlar a produção do açúcar. Após um ano, Portugal consegue reaver o domínio sobre a Bahia e os holandeses derrotados abandonam o território. Seis anos mais tarde, em 1630, os holandeses atacam Pernambuco. Inicialmente houve resistência por parte dos colonos e pelo governador Matias de Albuquerque, mas as forças holandesas conseguiram se impor. Com as promessas de boa lucratividade, os senhores de engenho passaram a apoiar os holandeses, que por sua vez contribuíram para o desenvolvimento da região.

Mais tarde por volta de 1642, os donos dos engenhos entraram em confronto com os holandeses. Estes, através da Companhia das Índias, exigiam pagamento de dívidas atrasadas e o não pagamento de dízimo à Igreja. Os devedores que não pagassem as dívidas perdiam suas terras. Teve início então a **Insurreição Pernambucana** (a luta dos habitantes da região pela expulsão dos holandeses). Em 1654 os holandeses se retiraram da região.

Após se retirarem do Nordeste brasileiro. Os holandeses iniciaram a produção de açúcar em suas colônias das Antilhas (América Central), oferecendo o produto no mercado europeu em condições mais vantajosas do que Portugal. Isto provocou a desvalorização do açúcar no mercado e fez declinar bastante a produção açucareira do Brasil.



## O ciclo do ouro

Após as invasões holandesas ocorreu uma desvalorização do açúcar no mercado europeu. Preocupado com a queda dos negócios açucareiros, o governo português incentivou as bandeiras, expedições que entravam pelo interior do Brasil à procura de ouro e pedras preciosas. O objetivo era encontrar outras fontes de riqueza que permitissem tirar mais lucro da colônia.

Em 1693, finalmente, os bandeirantes paulistas encontraram ouro, e posteriormente diamantes, na região que seria chamada de “Minas Gerais”, e em seguida nas regiões de Goiás e Mato Grosso. Essas descobertas possibilitariam um período de prosperidade relativamente curto, mas com uma intensa acumulação de riqueza para a elite relacionada à economia da mineração.

Com a descoberta das minas e início da sua exploração, foi criado o órgão chamado *Intendência das Minas*, em 1702, que tinha a função de cobrar impostos sobre a mineração e aplicar a justiça na região em nome da Coroa portuguesa. Cada mina descoberta precisava ser registrada na Intendência, em seguida era dividida em lotes chamados *datas*. O descobridor da mina poderia escolher duas datas para si, uma data pertenceria ao governo português, e as outras eram distribuídas a outros mineradores. Os que possuísem mais escravos ficavam com as maiores datas.

No período entre aproximadamente 1700 e 1760, a mineração gerou muita riqueza na região. Assim como a agricultura, a mineração de ouro ou diamantes era baseada na mão de obra escrava, e utilizava uma grande quantidade de trabalhadores. Quanto mais dinheiro para investir uma pessoa tivesse, mais datas ela conseguia, e mais escravos ela poderia ter para usar na mineração. Dessa forma, grande parte do comércio de escravos nesse período foi direcionada para a região Centro-Oeste do país. Houve uma grande migração da região Sudeste para o interior, e até mesmo aumentou a quantidade de portugueses vindos para a colônia em busca de uma oportunidade de enriquecer com a mineração. Assim, a região das “Minas Gerais” teve um rápido surto de desenvolvimento urbano, com o surgimento de novas cidades e aumento populacional.

Havia diversos impostos sobre o ouro encontrado. O principal imposto era chamado de **quinto**. Um quinto (ou seja, 20%) de todo ouro encontrado pertencia à Portugal. Entretanto, muitos mineradores encontravam formas de burlar o imposto, informando que encontravam menos ouro do que realmente encontravam, e vendendo parte do ouro através do contrabando. Uma das formas encontradas para contrabandear o ouro era escondendo-o dentro de esculturas de santos, que ficaram conhecidos como **santos do pau oco**.

Para controlar a produção de ouro e a coleta do imposto, o outro precisava ser obrigatoriamente fundido em barras que recebiam uma marca oficial da coroa portuguesa. Apenas as Casas de Fundição oficiais estavam autorizadas a fundir as barras e colocar o selo oficial. Tornava-se ilegal portar ouro de outra forma. O quinto já era retirado na própria Casa de Fundição. Havia também outros impostos, como a capitação, que era cobrada pelo número de escravos que trabalhavam na mina.

Em 1750 foi instituída uma cota mínima de ouro que deveria ser arrecadada anualmente na região mineradora, cerca de 1.500 kg. Mais tarde, para combater o contrabando crescente do ouro, foi criado outro imposto, chamado de **derrama**. Caso a arrecadação do quinto e das capitações não chegassem à quantia mínima de ouro, a população da região deveria completar a cota com seus próprios recursos. A insatisfação com as cobranças cada vez mais rígidas acabou produzindo uma forte insatisfação na região, principalmente entre membros das elites que enriqueciam com a mineração.

As jazidas de diamantes foram encontradas também na região das Minas Gerais, no Arraial do Tejuco (atualmente a cidade de Diamantina). Nesta região foi criada uma unidade administrativa chamada Distrito Diamantino, administrada pela Intendência dos Diamantes, que recolhiam os impostos e aplicavam a justiça. Em 1739 a extração de diamantes passou a ser arrendada a Contratadores, que pagavam tributos à Coroa portuguesa em troca do direito de exploração. Em 1771 o governo português voltou a assumir o controle das áreas ricas em diamantes.



### 8.3. A ESCRAVIDÃO COLONIAL

Os primeiros a serem escravizados no Brasil foram os indígenas que viviam nestas terras. Quando iniciaram a ocupação do território e implementaram a agricultura os colonizadores portugueses começaram a caçar os indígenas e a escravizá-los. Os portugueses também tiravam proveito das rivalidades e conflitos existentes entre as diferentes tribos indígenas, e até mesmo incentivavam estes conflitos, fazendo com que algumas tribos os ajudassem a capturar índios de outras tribos. Vários povos indígenas resistiam contra a escravidão guerreando contra os colonizadores europeus e se deslocando para o interior do território, para longe do seu alcance.

Após algumas décadas, entretanto, a escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão africana. Segundo Fernando Novais, a preferência pelo uso de escravos africanos se deve à maior possibilidade de lucros para os portugueses. Enquanto os ganhos originados com a captura de indígenas ficavam dentro da colônia, entre aqueles que caçavam e vendiam os índios, **o tráfico negro abria um novo e importante setor do comércio colonial**, pois era explorado pelos próprios portugueses. Assim sendo, o uso do escravo africano era mais um componente da engrenagem do sistema colonial. Dessa maneira, conclui Novais, *é a partir do tráfico negro que se pode entender a escravidão colonial, e não ao contrário*. Percebe-se, então, que a **“opção”** pela escravidão negra é, antes de tudo, uma **imposição** do sistema colonial.

Quando se decidiu implantar no Brasil a escravidão negra, o tráfico negro já era um grande negócio desde o início do século XVI. Ampliando os seus mercados - antes para as colônias espanholas e posteriormente para as colônias portuguesas, em especial o Brasil - o tráfico negro tomou-se um lucrativo setor do comércio colonial. Enquadrado no sistema colonial, enriquecia a burguesia metropolitana e gerava tributos para o rei. Por isso, a escravidão negra foi incentivada, enquanto a escravização do índio foi desestimulada e até mesmo proibida.

O trabalho do escravo africano foi de tal modo assimilado pela empresa açucareira colonial que, em 1711, o negro foi chamado de *“as mãos e os pés do senhor de engenho”*, frase célebre do jesuíta Antonil.

O escravo africano era considerado como simples mercadoria. Chegando em terras americanas, era exibido em entrepostos comerciais, para o exame minucioso dos compradores. Estes evitavam reunir africanos da mesma tribo, da mesma família, ou que falassem a mesma língua, isso evitava que eles se comunicassem e dificultava tentativas de rebelião.

Nas fazendas os escravos viviam em habitações coletivas, as senzalas, para facilitar a vigilância. Mas muitos, ao se casarem, adquiriam o direito de ter áreas isoladas na senzala ou mesmo habitações individuais. Essa prática que procurava incentivar os escravos a terem filhos, ganhou importância nos momentos em que havia dificuldades na aquisição de escravos.

Os escravos, em geral, eram responsáveis por quase todo o trabalho braçal realizado na colônia. Trabalhavam de sol a sol em canaviais, moendas, caldeiras, praticamente sem descanso, e cuidavam de roçados para seu próprio sustento. A dureza do trabalho e a precariedade da alimentação faziam com que a vida útil do escravo adulto nas plantações fosse muito curta. Seus filhos os substituíam desde cedo.

Os senhores mantinham vigilância permanente sobre eles. Os *feitores* eram os encarregados de lidar diretamente com os escravos, e os *capitães do mato* eram especializados em caçar os escravos fugitivos. Os deslizes podiam implicar severos castigos, como o tronco, em que o escravo, preso pelas pernas, era açoitado com o *bacalhau*, chicote que abria fendas na pele, nas quais se punha sal. O *vira mundo*, instrumento de ferro, prendia mãos e pés. Havia ainda a *gargalheira*, colar de ferro com vários braços em forma de gancho. Faltas mais graves podiam merecer penas mais cruéis ainda, como mutilações.

#### **A resistência contra a escravidão**

Os escravos resistiam ao cativeiro e à escravidão de várias formas. Havia os que se suicidavam ou matavam os feitores. Muitos conseguiam escapar e formar quilombos.



Tanto o suicídio quanto o assassinato de feitores eram formas individuais de resistência à escravidão. Já o quilombo representava uma reação coletiva. **Quilombos** eram refúgios, geralmente em lugares de difícil acesso, onde os escravos fugidos formavam núcleos de povoamento. Ali, eles passavam a viver em liberdade, produzindo coletivamente gêneros alimentícios para sua subsistência.

O **quilombo** não foi um fenômeno isolado, sua incidência ocorreu em todo o território colonial, até as vésperas da abolição, em 1888. Pela falta de registros, pouco se conhece da história da maior parte desses agrupamentos. Muitos conseguiram sobreviver por longo tempo e ainda hoje é possível encontrar comunidades remanescentes de antigos quilombos espalhadas pelo interior do país.

Os habitantes dos quilombos, os **quilombolas**, produziam seus alimentos e desenvolviam pequenas oficinas para fabricar roupas, móveis e instrumentos de trabalho. No espaço livre dos quilombos, eram reavivadas as tradições, as crenças e os costumes africanos.

**Palmares**, que foi o mais conhecido dos quilombos, ficava na Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas. Na verdade, tratava-se de uma confederação de vários quilombos que reunia milhares de habitantes. Dentre seus líderes, destaca-se Zumbi. Palmares foi um dos principais obstáculos para as autoridades que administravam o nordeste brasileiro. Durante o século XVII, diversos governos, tanto portugueses quanto holandeses, sucederam-se na tentativa de destruí-lo. Durante mais de 80 anos, os quilombos de Palmares derrotaram mais de trinta expedições militares.

#### 8.4. A CRISE DO SISTEMA COLONIAL

Textos adaptados a partir de: MARQUES, Adhemar Martins, BERLITI, Flávio Costa & FARIA, Ricardo de Moura - História: Os caminhos do homem. Vol.3 - Ed. Lê- Minas Gerais - 1995.

A partir de meados do século XVIII, a evolução do capitalismo, que passou de comercial a industrial, e as chamadas revoluções burguesas (Revolução Industrial, Revolução Americana e a Revolução Francesa) colocaram em xeque o Antigo Regime (baseado no poder absoluto dos reis e nos privilégios da nobreza e do clero) e o Sistema Colonial.

No Capitalismo Industrial, os industriais queriam o comércio livre, para poderem comprar a matéria-prima de quem quisessem e venderem seus produtos nos mercados que possibilitassem maiores lucros. O capitalismo voltou-se contra os monopólios. Espanha e Portugal resistiram, já que, sem o monopólio comercial sobre suas colônias, seus impérios não teriam sustentação. Portugal, em particular, vivia apenas como simples intermediário do comércio entre as suas colônias e os países europeus: levava os produtos do Brasil para os mercados consumidores e trazia para cá as mercadorias necessárias ao consumo da população. A manutenção desse monopólio só era possível mediante a imposição de sérias restrições às atividades econômicas da colônia, impedindo que fossem produzidas aqui mercadorias vendidas pelos comerciantes portugueses.

#### O Brasil diante da Crise do Antigo Sistema Colonial

“Até o final do século XVII, Portugal explorou o Brasil com relativa tranquilidade. Havia um ‘acordo de comadres’ entre elite colonial e o governo português, em função de interesses comuns. Mas a partir de um certo momento, continuar explorando a Colônia significava também incentivar algum desenvolvimento. E com o desenvolvimento, poderiam surgir ideias de independência em relação à Metrópole, algo de que o governo português nem queria ouvir falar. Ao início do século XIX, diversos movimentos armados desafiaram o controle de Portugal sobre a sua colônia brasileira, tais revoltas aceleraram o processo de independência do Brasil, e também das demais colônias latino-americanas. O interessante é que nem todas as revoltas brasileiras tinham o objetivo de separar o Brasil de Portugal. Das que buscavam esse objetivo, a mais famosa foi a Inconfidência Mineira, uma rebelião que não empolgou nem pobres nem escravos.”





### **Movimentos Nativistas**

São chamadas de “movimentos nativistas” as lutas dos séculos XVII e XVIII que ocorreram devido a interesses específicos e localizados, nunca em nome de uma visão de pátria ou de nacionalidade, que ainda não existia:

#### **Revolta de Amador Bueno. São Paulo, 1641.**

Teve como causa a pobreza da capitania que vivia do apresamento dos índios, o que provocou revoltas entre colonos e jesuítas que defendiam os nativos e os protegiam da escravidão. O líder, Amador Bueno da Ribeira, era um rico comerciante que se recusou a formação de um governo nativo em São Paulo.

#### **Revolta dos Beckman. Maranhão, 1684.**

Foi um combate contra a Companhia de Comércio do Maranhão, que exercia o monopólio comercial. Luta entre colonos que desejavam escravizar os indígenas e padres que procuravam protegê-los. Os líderes Manuel Beckman e Tomas Beckman, perseguidos e combatidos pelos portugueses, foram enforcados.

#### **Guerra dos Emboabas. Minas Gerais, 1707.**

A Guerra dos Emboabas foi um dos episódios marcantes das revoltas que aconteceram durante o **Ciclo do Ouro** em Minas Gerais, entre 1707 e 1709. O nome de Emboabas era dado aos forasteiros que foram para Minas Gerais em busca da riqueza do ouro. Estes forasteiros “emboabas” contrastavam com os paulistas, já acostumados à vida do interior por conta das experiências com as Entradas e Bandeiras, e que não aceitavam a chegada destes novos forasteiros que vinham concorrer com a exploração das minas. Os emboabas venceram a disputa com os paulistas.

#### **Guerra dos Mascates. Pernambuco, 1710.**

Foi a luta de Recife para elevar-se à categoria de vila, posto ocupado pela vizinha Olinda. O líder Bernardo Vieira de Melo, olindense, queria transformar Olinda numa república independente.

#### **Revolta de Felipe dos Santos. Vila Rica, 1720.**

Outro episódio das revoltas do ciclo do ouro, foi um movimento em oposição às casas de fundição, que aumentavam a fiscalização e acentuavam a exploração monopolista portuguesa. Os mineiros realizaram movimentos militares, sendo violentamente reprimidos. Felipe dos Santos foi perseguido, preso e executado como líder do movimento.

### **As Rebeliões Coloniais**

Eram movimentos regionais contra o domínio da metrópole portuguesa, que defendiam a independência. Tinham posições políticas e ideológicas que refletiam as ideias europeias do iluminismo e do liberalismo, e sofreram influência da Independência dos Estados Unidos da América e da Revolução Francesa.

#### **Inconfidência Mineira. Vila Rica, 1789.**

O clima de insatisfação com os mecanismos de coleta e cobrança de impostos sobre a mineração do ouro ganhou força e gerou um movimento contra a metrópole, que resultou na emergência da Inconfidência Mineira, em 1789. Havia forte influência das ideias iluministas e liberais, e da Independência dos Estados Unidos da América, e a intenção de criar uma república independente.

A reação do governo português foi forte, e terminou com o enforcamento e o esquartejamento do corpo do alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, e a condenação à prisão e ao degredo da maioria dos líderes do movimento, como Cláudio Manoel da Costa, Tomas Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto e Silvério dos Reis. O lema do movimento *Libertas Quae Sera Tamen* (Liberdade ainda que tardia) foi incorporado à bandeira do estado de Minas Gerais.



### **Conjuração Baiana. Salvador, 1798.**

A Conjuração Baiana teve como causa interna a crise existente desde o declínio da economia do açúcar e a pouca atenção dada à região pelo governo português. Externamente, houve forte influência das ideias iluministas e liberais vindas da Europa, das lutas pela independência na América do Norte e na América Espanhola, e da Revolução Francesa.

A conjuração tinha como características o sentimento de hostilidade contra os portugueses, a defesa da criação de uma república independente, uma ampla participação popular, defesa do fim da escravidão e de igualdade social. Os líderes populares foram presos e mortos. Houve, a partir de então um enfraquecimento do poder colonial português e crescimento do sentimento nacionalista e antilusitano.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- AQUINO, Rubim Santos. **História das Sociedades**. Salvador: Livro Técnico, 1988.
- ARRUDA, José Jobson de A.; PELETTI, Nelson. **Toda a História - História Geral e História do Brasil**. São Paulo: Ática, 2000.
- CALDEIRA, Jorge. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Brasil**. São Paulo; Saraiva, 1993. v. 1 e 2.
- \_\_\_\_\_. **História e consciência do mundo**. São Paulo: Saraiva, 1993.
- \_\_\_\_\_. **História e Reflexão**. São Paulo: Saraiva, 1995. v. 1 a 4.
- \_\_\_\_\_. **História Global - Brasil e Geral**. São Paulo: Saraiva.
- \_\_\_\_\_. **História Global, Brasil e Geral**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FLORES, Moacir. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUC, 1996.
- GISLANE, Seriacopi; REINALDO, Seriacopi. **História**. São Paulo: Editora Ática, 2007.
- KUBISTSCHEK, Juscelino. **Por que construí Brasília?** Rio de Janeiro: Bloch, 1975.
- LOPEZ, Luís Roberto. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- \_\_\_\_\_. **História do Brasil Colonial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- \_\_\_\_\_. **História do Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- \_\_\_\_\_. **História do Brasil Imperial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- \_\_\_\_\_. **História do Século XX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2000.
- MAESTRI FILHO, Mário José. **O Escravo Gaúcho: Resistência e Trabalho**. Brasiliense - São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Tudo é História).
- MARCONDES, Danilo. JAPIASSU, Hilton. **Dicionário de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- MARQUES, Adhemar Martins; BERUTI, Flávio Costa & FARIA; Ricardo de Moura. **História: os caminhos do homem**. Minas Gerais: Editora Lê, 1995. v. 1 a 4.
- \_\_\_\_\_. **Construindo a História**. Minas Gerais: Editora Lê, 1995.
- MARQUES, Adhemar. **Pelos caminhos da história**. Curitiba: Positivo, 2005. (Coleção pelos caminhos da história). v. 3.
- MELLO, Leonel Itassu & COSTA, Luis César Armad. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Scipione, 1999.
- MOTA, Miriam Becho & BRAICK, Patrícia Ramos. **História das cavernas ao terceiro milênio**. Ed. Moderna, São Paulo, SP, 2005.
- NOVAES, Carlos Eduardo & LOBO, César. **História do Brasil para principiantes**. Ed. Ática - São Paulo - 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil- Colônia e Império**. São Paulo: Brasiliense.
- SCHUNG, Voltaire. **EUA América Latina: Etapas de Dominação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SODRÉ, Werneck Nelson. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- ZANIRATO, Sílvia H, **Teorias da História**, Eduem, 2011.